

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: maio de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Empresas terão de pagar por poluição acima das metas – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 04/05/2010	3
Opositor do projeto defende mecanismo criado em Kyoto – Estado de São Paulo – Economia – 04/05/2010.....	4
País tem 100 mi de hectares sem proteção – Afra Balazina e Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 05/05/2010	5
Novo fundo ambiental vai atuar na Amazônia – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010	6
De novo o Código Florestal – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/05/2010.....	7
A conta da devastação ambiental – O Globo – Ciência – 11/05/2010	8
Desmatamento e degradação florestal custam até US\$ 4,5 tri ao ano, diz ONU – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 11/05/2010	9
Biodiversidade em queda – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 12/05/2010 ...	10
Ruralistas apelam ao PMDB contra decreto – Mauro Zanatto – Valor Econômico – Político – 14/05/2010	11
Usinas alagarão áreas protegidas no Pará – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2010.....	12
Projeto será teste para setor elétrico – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2010.....	14
"Código Florestal precisa deixar o agricultor em paz" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Especial – 17/05/2010	14
Nova chefe do clima na ONU elogia Brasil – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 18/05/2010.....	20
Para ambientalistas, relatório de Rebelo é genérico e equivocado – Bettina Barros – Valor Econômico – Política – 18/05/2010	22
Floresta legal de mercado – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/05/2010.....	23
Temos o que comemorar no Dia da Biodiversidade? – Izabella Teixeira – Valor econômico – Opinião – 21/05/2010	25
São Paulo prepara leilão de créditos de carbono para junho – Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil – 24/05/2010	27
O Brasil e sua biodiversidade – Alan Charlton – Folha de São Paulo – Opinião – 23/05/2010.....	28
Patrimônio de quadrilha que extraía Madeira em MT supera R\$ 1,7 bilhão – Fátima Lessa – Estado de São Paulo – Vida – 24/05/2010	29
Ibama já culpa greve por maior desmate – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 25/05/2010.....	30
Quadrilha atuou no governo Blairo Maggi – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 25/05/2010	32

Economia em crise derrubou desmate – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/05/2010.....	32
Corrupção na devastação – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/05/2010	34
Carvão devasta mata atlântica mineira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2010.....	35
Estado diz que cerco a empresa está crescendo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2010.....	36
Florestas ganham mapa em 3D – Renato Gandelli - O Globo – Ciência – 27/05/2010.	36
Negociação climática recomeça com foco em proteção de florestas – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 31/05/2010.....	38

Empresas terão de pagar por poluição acima das metas – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 04/05/2010

Empresas que lançarem na atmosfera quantidade de carbono acima de um limite a ser fixado pelo governo terão de comprar “títulos” no mercado brasileiro de redução de emissões, prevê estudo do Ministério da Fazenda.

Esse novo mercado funcionará com certificados de redução de emissões de gases do aquecimento global, e os papéis também poderão ser comprados por investidores comuns.

O estudo, ao qual o Estado teve acesso, dá início à regulamentação das metas do clima. No final do ano passado, o governo anunciou corte entre 36,1% e 38,9% das emissões de carbono previstas para 2020, mas as metas ainda não saíram do papel.

O modelo em discussão no Ministério da Fazenda parte da ideia de que haverá “tetos” de emissão de carbono para os diferentes setores da economia. Estão sujeitos a esse tipo de limite os setores de geração de energia, transportes, a indústria em geral e o agronegócio.

Por ora, as metas brasileiras de redução das emissões de gases de efeito estufa são genéricas.

O maior nível de detalhe fica restrito à redução do desmatamento, de 80% na Amazônia e 40% no Cerrado.

Apartir do estabelecimento de tetos de emissão, as empresas que emitirem menos do que o limite ou atuarem na captura de carbono poderão vender “títulos de redução de emissões”. Os papéis atestariam uma determinada economia de emissão de gases de efeito estufa, medida em toneladas de CO₂ equivalente. Já as empresas que ultrapassarem o teto de emissão terão de recorrer à compra de créditos no mercado.

O modelo prevê a criação de uma agência de controle das emissões, no moldes das agências reguladoras. Ela ficará responsável por estabelecer os tetos mais detalhados de emissão e fiscalizar seu cumprimento.

Térmicas. O primeiro alvo da regulamentação são as usinas térmicas que usam carvão e óleo diesel, fontes mais poluentes de geração de energia.

Há pouco mais de um ano, o setor resistiu à exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para compensar parte das emissões por meio de reflorestamento e investimentos em energias renováveis. Recentemente, parecer da Advocacia Geral da União questionou

competência do Ibama. Assim, para o impasse poderá se dar por meio do novo mercado de crédito de carbono. “O mercado é a forma mais eficiente e mais barata de fazer o sequestro de carbono, a aposta é no mercado interno”, disse Nelson Machado, secretário executivo do Ministério da Fazenda.

“Não temos números, mas esse mercado promete”, avalia a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Ela prevê que os principais planos setoriais de cortes de emissões serão objeto de consulta pública nos próximos meses e deverão estar concluídos antes da próxima cúpula do clima da ONU no México, marcada para dezembro.

Antes da criação da agência e do estabelecimento de tetos de emissão, Machado espera estimular o mercado voluntário de carbono. A primeira tentativa de leiloar créditos de carbono no mercado voluntário, no mês passado, na BEM&Fellowship, foi um fracasso. “Não houve compradores porque o mercado no Brasil não está organizado”, avalia Machado.

Decreto. O governo Lula anunciou metas “voluntárias” de corte de emissões de gases-estufa em novembro, pouco antes da conferência do clima em Copenhague.

Para que as metas sejam postas em prática, um decreto presidencial terá de definir tetos de emissões por setores econômicos.

A lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima, sancionada em dezembro, prevê “estímulo” ao mercado brasileiro de redução de emissões.

Opositor do projeto defende mecanismo criado em Kyoto – Estado de São Paulo – Economia – 04/05/2010

Prevista na lei da política nacional sobre mudança do clima, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no fim de 2009, a criação do mercado brasileiro de redução de emissões enfrenta resistências. O coordenador de mudanças do clima do Ministério de Ciência e Tecnologia, José Miguez, não conhece a proposta e estudou pelo Ministério da Fazenda, mas diz que não considera “razoável” criar um Mercado interno de venda de certificados de emissões evitadas.

Miguez é um dos maiores defensores do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado pelo Protocolo de Kyoto e que permite aos países submetidos a metas obrigatórias de emissão de carbono cumprir o compromisso por meio de projetos de redução de emissões em países em desenvolvimento.

O Brasil é o terceiro país do mundo em projetos de MDL, atrás de China e Índia. O mais recente relatório da pasta de Ciência e Tecnologia registra 440 projetos. Isso equivale a 7% dos projetos apresentados no mundo. Apenas uma parte deles passou pelas primeiras fases de registro, verificação e certificação estabelecidas pela ONU.

Esses projetos poderiam reduzir 379 milhões de toneladas de gás carbônico equivalente ou terça parte do corte previsto pela meta brasileira para 2020. Projetos de energia renovável e aterros sanitários representam a maioria do corte de emissões proposto pelo Brasil. “Não podemos ficar reduzidos ao MDL”, defende a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. /M.S.

País tem 100 mi de hectares sem proteção – Afra Balazina e Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 05/05/2010

Um estudo inédito elaborado pela Universidade de São Paulo em parceria com a Universidade de Chalmers (na Suécia) aponta que, mesmo que todos os produtores rurais regularizassem suas terras e obedecessem ao Código Florestal, ainda sobrariam 100 milhões de hectares de vegetação não protegidos ambientalmente e que podem, portanto, sofrer desmatamento. A área equivale a quatro vezes o Estado de São Paulo.

O grupo de pesquisadores criou um mapa e demonstrou que existem 537 milhões de hectares de vegetação natural no Brasil (cerca de 60% do território nacional). Para chegar ao resultado foram usados os dados mais recentes de fontes, como o Programa Nacional de Meio Ambiente (Probio, do Ministério do Meio Ambiente), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

“Foi um esforço braçal. Trabalhamos com cerca de 200 mapas digitais diferentes”, explica Gerd Sparovek, professor do departamento de solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP.

O material levou um ano e meio para ficar pronto.

Boa parte dos 100 milhões de hectares desprotegidos não é adequada para a expansão da agricultura, ressalta Sparovek. “Cerca de 74 milhões de hectares têm aptidão baixa para atividades agrícolas.”

O receio, porém, é que a pecuária possa tentar ocupar essas áreas de floresta.

O pesquisador defende que, enquanto as terras com vegetação não são protegidas, um pacto de “desmatamento zero” deve ser firmado pelos setores produtivos no Brasil. A agricultura tem como possibilidade, segundo ele, ser expandida para 60 milhões de hectares onde hoje é feita a pecuária extensiva – que tem solo e clima adequados à produção agrícola.

“A pecuária brasileira tem um boi por hectare. É como ter um homem para cada quarteirão.”

Déficit verde. O levantamento mostra o estrago já feito em áreas que teoricamente deveriam ser preservadas. Segundo o estudo, 11% da vegetação natural restante no Brasil estão em Áreas de Preservação Permanente (APPs), como encostas e margens de rios – o que totaliza 59 milhões de hectares. Porém, o correto seriam existir 103 milhões de hectares – o que significa que há um déficit de 43 milhões de hectares, que já foram desmatados por algum motivo.

A reserva legal, área que o proprietário rural é obrigado a deixar com vegetação dentro do terreno, também tem situação complicada.

Seria necessário ter, de acordo com o Código Florestal atual, 254 milhões de hectares de vegetação como reserva legal, mas faltam para fechar a conta 43 milhões de hectares. Na Amazônia, a reserva legal deve ser de 80% da propriedade. No Cerrado deve ser de 35% (nos Estados da Amazônia Legal) e, no restante do País, de 20%.

Nas Unidades de Conservação (como parques e reservas), o problema é menos grave. O estudo indica que 32% da vegetação natural estão em UCs e que o déficit de verde é de 3% (ou 5 milhões de hectares). “Nas UCs o controle do Estado é muito maior”, diz Sparovek. Pelalógica observada no estudo, a medida mais eficiente para preservar a vegetação nativa é manter UCs e Terras Indígenas, onde há poucas atividades ilegais, como a pecuária (eficiência de 97%).

Compensação. Atualmente existe um embate entre ruralistas e ambientalistas em

relação ao Código Florestal. Produtores acusam as leis ambientais de frear a expansão do agronegócio e querem alterar a lei.

Uma forma de enfrentar o desafio do déficit de APP e reserva legal no Brasil é permitir que os proprietários compensem a área desmatada com a proteção de vegetação em outros terrenos. Segundo Carlos Scaramuzza, superintendente de conservação da ONG WWF-Brasil, a compensação não pode ser tão flexível (como permitir que seja feita em qualquer lugar do País). Porém, também não deve ser rígida demais (pode não haver estoque de terra disponível nas proximidades).

Mario Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica, elogia o estudo. "Não temos controle sobre as nossas áreas. O maior problema ambiental brasileiro é a questão fundiária.

E existe um atraso muito grande do poder público." O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône) e a ONG WWF-Brasil apoiaram a realização da pesquisa.

Os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, além da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foram procurados, mas não se manifestaram.

Novo fundo ambiental vai atuar na Amazônia – Valor Econômico – Brasil – 06/05/2010

A Vale, o BNDES e os fundos de pensão da Caixa Econômica Federal (Funcf) e da Petrobras (Petros) lançaram ontem um dos maiores fundos de reflorestamento do país. Com patrimônio inicial de R\$ 605 milhões, os recursos serão destinados à empresa Vale Florestar S.A., cuja estruturação financeira vai ser gerida pela Global Equity Administradora de Recursos.

O fundo vai promover o reflorestamento para a preservação do ambiente e para a atividade industrial e gerar cerca de 4 mil empregos diretos e 3 mil indiretos. Dos 450 mil hectares de floresta que o fundo pretende plantar até 2012, 150 mil serão para o plantio de florestas industriais (sendo 120 mil para eucaliptos) e 300 mil para proteção e recuperação das florestas nativas.

O presidente da Vale, Roger Agnelli, disse que a ideia do fundo surgiu da necessidade de acelerar o processo de reflorestamento que a Vale vem desenvolvendo na região amazônica desde 2007, em fazendas já degradadas por meio de arrendamento. "Este é um exemplo bem sucedido de projeto social com retorno econômico. Hoje, já plantamos no Pará uma árvore por habitante e nossa meta é que seja plantada uma árvore para cada brasileiro", disse. **(Agências noticiosas)**

NA REUNIÃO do Cosag/Fiesp desta semana que está terminando, o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP) deu uma objetiva demonstração da grande complexidade existente na discussão sobre o Código Florestal ora em andamento no Congresso Nacional. Ele é o relator da Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para "desenrolar" o emaranhado legal sobre o tema. Não obstante suas convicções pessoais bastante progressistas e abertas, o deputado, consciente de seu papel histórico, vem desenvolvendo entendimentos com todos os segmentos da sociedade civil por meio de seus órgãos representativos e, obviamente, com os partidos políticos, em busca do consenso. Acho pouco provável esse consenso em um ano eleitoral, no qual muitas vezes a procura por votos supera as crenças de alguns candidatos. Começou afirmando que "os desafios enfrentados pela Comissão envolvem questões não apenas técnicas mas também políticas, ideológicas e comerciais, e os interesses em jogo criam polarização inibidora do consenso" (ou do bom senso?). Ele acredita até que agricultores de outros países, nossos concorrentes, pressionem seus governos a usarem barreiras ambientais (como, aliás, a União Europeia já está colocando para um eventual acordo bilateral com o Mercosul) para frear nossa competitividade, e isso é bem possível. Referindo-se ao fato de que Reserva Legal não existe em outros países, especialmente nos desenvolvidos, Rebelo reconhece com muita propriedade que o Brasil tem sérias questões ambientais que precisam ser enfrentadas. Mas foi enfático: o problema não pode ser debitado apenas aos agricultores, porque também está nas cidades e deve ser por isso discutido e assumido por todos os cidadãos do país, urbanos e rurais. Nada mais correto! O aquecimento global é responsabilidade de todos os homens e mulheres do mundo, e a reunião da COP-15 de dezembro, em Copenhague, mostrou que alguns governos ainda não têm essa visão. Rebelo insistiu que é perfeitamente possível combinar o desenvolvimento do país com a preservação dos recursos naturais, e a solução -sem dúvida- está na nossa extraordinária tecnologia tropical sustentável. Questionado com insistência sobre como seria seu relatório, ele foi correto ao afirmar que ainda vai demorar para isso ser definido, exatamente pela polarização existente. Portanto, temas polêmicos como a unificação da APP (Área de Preservação Permanente) com a RL (Reserva Legal), a compensação da RL em outras áreas (do mesmo bioma, da mesma bacia, da mesma região ou nada disso), a manutenção das áreas já consolidadas há tempos (como café de encostas, fruticultura da Serra Gaúcha, arroz irrigado, entre tantas outras), se a Reserva Legal será por propriedade (de qualquer tamanho) ou por grupo delas, entre outros elementos do debate, ainda estão em aberto para discussão. Talvez um ponto mais próximo de resolver seja a definição de uma regra geral determinada pela União, deixando aos Estados a normação de suas questões específicas. É um apaixonante debate, mas todos os brasileiros deveriam participar dele por meio de suas representações civis e políticas, em prol de um texto equilibrado e inteligente, sem radicalismo, e que permita ao país se desenvolver sustentavelmente, sem perder de vista sua missão de nutrir o mundo.

ROBERTO RODRIGUES, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

rr.ceres@uol.com.br

A conta da devastação ambiental – O Globo – Ciência – 11/05/2010

Destruição de florestas já custou até US\$ 4,5 trilhões ao planeta

A ONU advertiu ontem que os prejuízos causados pela perda da biodiversidade poderão afetar severamente a economia mundial. O Programa de Meio Ambiente da ONU estima que o desmatamento e a degradação de florestas, por exemplo, já levaram a uma perda global de US\$ 2 trilhões a US\$ 4,5 trilhões. Para preservar as florestas em todo mundo seriam necessários US\$ 45 bilhões.

O cálculo da devastação é um dos destaques do Panorama da Biodiversidade Global (GBO, na sigla em inglês), documento que, ontem, chegou à sua terceira edição sem boas notícias. Das 21 metas de preservação estabelecidas pela ONU em 2002, nenhuma está perto de ser atingida, ao menos em nível global. Entre as medidas negligenciadas estão o controle da expansão de espécies invasoras, o limite à degradação de habitats e a certificação de que o comércio internacional não levará qualquer espécie à extinção.

— Nossa análise mostra que os governos falharam em obedecer aos compromissos estabelecidos seis anos atrás: a biodiversidade está sendo perdida mais depressa do que nunca, e fizemos poucos progressos em reduzir a pressão sobre espécies, habitats e ecossistemas — lamenta Stuart Butchat, líder da equipe responsável pela nova edição do GBO — Infelizmente este ano não será, como esperávamos, aquele em que freamos as baixas na biodiversidade. Mas precisa ser o ano em que começamos a levar o assunto a sério. Temos de aumentar substancialmente os esforços para cuidar do que sobrou do planeta.

A relação entre perdas ambientais e prejuízos econômicos é clara. A ONU tenta quantificar o valor monetário de vários serviços fornecidos pela natureza — entre eles água pura, o ar, a proteção dada pelas encostas contra tempestades e a manutenção da vida selvagem para o ecoturismo. O raciocínio é que, quando essas benesses desaparecerem ou estiverem seriamente ameaçadas, elas terão de ser substituídas pela sociedade. Aí entra o prejuízo da comunidade global.

— Muitas economias continuam cegas ao grande valor da diversidade de animais, plantas e outras formas de vida e seu papel na saúde e funcionamento dos ecossistemas — alerta Achim Steiner, diretor-executivo do Programa de Meio Ambiente da ONU. — A Humanidade fabricou a ilusão de que, de alguma forma, podemos continuar sem a biodiversidade, que não passaria de algo periférico em nossas vidas. A verdade é que ela nunca foi tão importante em um planeta com 6 bilhões de habitantes, e que ainda receberá mais 3 bilhões até 2050. Os negócios, como são feitos hoje, não são uma opção se quisermos evitar um dano irreversível aos sistemas que mantêm o nosso planeta.

Desmatamento e degradação florestal custam até US\$ 4,5 tri ao ano, diz ONU – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 11/05/2010

Um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) alerta para os impactos econômicos da perda da biodiversidade no mundo. Em âmbito global, os desmatamentos e a degradação florestal geram um custo anual entre US\$ 2 trilhões e US\$ 4,5 trilhões (R\$ 3,6 trilhões e R\$ 8,2 trilhões) – para se ter uma ideia, o valor é maior do que os prejuízos provocados pela recente crise financeira mundial.

Chamado de Terceiro Panorama Global de Biodiversidade, o estudo do Pnuma demonstra também que espécies invasoras (que podem competir com espécies nativas e danificar plantações) podem custar para a economia global US\$ 1,4 trilhão (R\$ 2,5 trilhões) ou mais. Somente na África subsaariana, os invasores são responsáveis por perdas anuais que somam US\$ 7 bilhões (R\$ 12,8 bilhões).

“Muitas economias continuam cegas para o enorme valor e papel da diversidade de animais, plantas e outras formas de vida num ecossistema saudável e funcional de florestas e água para solos, oceanos e a atmosfera”, diz Achim Steiner, diretor executivo do Pnuma.

Alguns países começam a vagar para perceber a importância econômica da biodiversidade. Porém, segundo as Nações Unidas, as iniciativas precisam ganhar escala mais rapidamente.

A plantação e proteção de cerca de 12 mil hectares de mangues no Vietnã teve um custo de aproximadamente US\$ 1 milhão (R\$ 1,8 milhão), mas economiza gastos anuais em manutenção de mais de US\$ 7 milhões (R\$ 12,8 milhões).

Já a China permitiu por mais de 40 anos a destruição de florestas para obter madeira para construção civil e a fabricação de móveis. Porém, o país começou a enfrentar um grave problema de desertificação, viu o Rio Amarelo praticamente morrer e passou a sofrer com enchentes devastadoras – em 1998, uma delas causou danos de bilhões de dólares.

O país decidiu, então, banir o desmatamento em 17 províncias. “Os chineses perceberam que estavam prejudicando a si mesmos, principalmente porque o produto era, em grande parte, exportado para países como Estados Unidos, Japão e Coreia”, diz Pavan Sukhdev, do Pnuma. Segundo ele, o custo real da madeiraria é 129% maior do que o comercializado se os danos ambientais fossem considerados.

Em sua opinião, as empresas têm papel fundamental para evitar a perda da biodiversidade hoje. Segundo Sukhdev, há oportunidades nessa área de negócios sustentáveis: a venda mundial de alimentos orgânicos, por exemplo, teve um aumento de 203% entre 1999 e 2007 e inclui empresas como Carrefour e Walmart. Ele prepara um relatório para apresentar a executivos de médias e grandes empresas.

Extinção. O relatório indica que 42% das espécies de anfíbios e 40% das de aves estão com sua população em declínio. Afirma ainda que a população de espécies de vertebrados caiu, em média, 31% globalmente entre 1970 e 2006.

Uma queda severa ocorreu nos trópicos (59%), enquanto houve um aumento da população de espécies locais temperadas, onde quase não ocorrem mais desmatamentos para fazer pastagens e plantações.

O estudo aponta cinco principais pressões para a biodiversidade atualmente: a perda e a degradação dos habitats (que são convertidos em plantações e, mais recentemente, para produzir biocombustível), as mudanças climáticas, a poluição, o uso insustentável (superexploração) e, por fim, as espécies invasoras.

Em uma amostra de 57 países foram achadas mais de 542 espécies invasoras com algum impacto para a biodiversidade – média de 50 por país. O número provavelmente está subestimado, já que há muitos impactos que não foram examinados em muitos países têm falta de dados.

Brasil recebe elogio, mas Amazônia preocupa

O Brasil é citado positivamente no relatório do Pnuma por dois motivos: ter sido o país quem mais criou áreas protegidas no mundo desde 2003 (foi responsável por quase 3/4 do total) e ter conseguido reduzir a taxa anual de desmatamento da Amazônia. O estudo lembra que a taxa de desmate foi de 27 mil km² em 2003-2004 e, no período 2008-2009, foi de 7 mil km².

“Alguns países demonstram que, com determinadas ações, tendências históricas podem ser revertidas”, diz o documento.

Porém, o País ainda é alvo de muitas preocupações, principal mente no que se refere à floresta amazônica. “Imagens de satélite sugerem que uma área crescente da Amazônia está sendo degradada”, diz o relatório.

Colapso. No Brasil, o desmate da Amazônia já atingiu 17% do total. Estudos indicam que é importante manter o desflorestamento abaixo dos 20% para evitar um colapso. Segundo o documento, com a interação entre desmatamento, queimadas e mudanças climáticas, a Amazônia pode sofrer um colapso generalizado – haveria a ocorrência de incêndios mais frequentemente e secas prolongadas.

Esse colapso pode provocar a savanização da floresta em algumas áreas, levar a reduções de chuvas regionais, comprometer a agricultura e a produtividade no País.

O Pnuma avalia que iniciar programas de restauração da floresta amazônica pode ser uma medida “paraguarantir a segurança”, tendo em vista o cenário negativo. / A.B.

Biodiversidade em queda – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 12/05/2010

NA ECO-92, realizada no Rio há 18 anos, duas convenções foram lançadas: uma sobre mudança do clima, outra sobre diversidade biológica. Menos conhecido e debatido, o segundo tratado busca coordenar 193 países signatários na defesa da biodiversidade, ou seja, na manutenção das várias manifestações de vida na Terra, de espécies a ecossistemas. A convenção fala em uso sustentável da biodiversidade, não em preservar apenas por preservar. Sem polinização provida por insetos e morcegos ou sem chuvas e rios regularizados por florestas, por exemplo, a agricultura ficaria em apuros. Estima-se que a destruição de habitats e a mudança do clima tenham multiplicado por mil a taxa natural de extinção de espécies, ameaçando a continuidade daqueles serviços ambientais. Em 2002, adotou-se a recomendação de reduzir “significativamente” as extinções até 2010. A meta ficou longe de realizar-se, alerta agora o terceiro relatório “Panorama Global da Biodiversidade”, lançado pelo programa ambiental da ONU. O documento prediz risco de colapso de sistemas naturais. A erosão de ecossistemas frágeis, como recifes de corais decisivos para a reprodução de tantas espécies marinhas, pode alcançar em breve um ponto de não retorno, sob o fogo cruzado da poluição e do

aquecimento global. Outro temor em destaque no relatório toca diretamente a América Latina e o Brasil, que concentram metade das florestas tropicais remanescentes. Desmatamento, queimadas e mudança do clima podem desencadear um ciclo vicioso de destruição e a modificação do padrão regional de chuvas. Apesar do tom sombrio, o relatório afirma que o processo pode ser revertido. Para isso, será preciso que a agenda da biodiversidade se torne tão prioritária quanto a do aquecimento global.

Ruralistas apelam ao PMDB contra decreto – Mauro Zanatto – Valor Econômico – Político – 14/05/2010

O governo já tem pronto, e assinado pelos ministros do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, um novo decreto presidencial de 33 artigos para obrigar o produtor rural a registrar as áreas de reserva legal em sua propriedade em cartório mediante a apresentação de uma série de exigências documentais, inclusive memorial descritivo e coordenadas geográficas. Hoje, as áreas de reserva legal de manutenção obrigatória são de 80% na Amazônia, 35% no Cerrado e 20% nas demais regiões do país.

A medida, ainda sob análise da Casa Civil da Presidência, também introduz punições e multas de R\$ 5 mil a R\$ 50 mil por hectare para quem descumprir novas regras. O decreto prevê que compensações pela derrubada de florestas só poderá ocorrer em áreas da mesma bacia hidrográfica ou do mesmo Estado da propriedade original. Além disso, o uso de "cotas" de reserva florestal, outro instrumento de compensação ambiental, ficaria limitado a áreas desmatadas até 26 de dezembro de 2006. Quem fez derrubadas após essa "data de corte" não poderia usufruir dos benefícios legais.

Muito contrariada com a iminente publicação do novo decreto, a bancada ruralista do Congresso pressiona o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, a não assinar a medida. Indicado pelo PMDB, Rossi afirmou que terá que assinar se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinar. Por isso, os ruralistas levarão o caso à cúpula do PMDB, aliado preferencial de Lula. "Esse decreto é inconstitucional e vai dar problema ao presidente Lula", diz o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "Estão dando um palanque para a Marina Silva [senadora e candidato presidencial do PV]. Politicamente, é muito ruim para o governo".

Na noite de quarta-feira, os ruralistas tiveram o último encontro com Wagner Rossi. E reafirmaram que um novo decreto "atropela" as discussões e coloca em xeque os trabalhos da Comissão Especial do Código Florestal, instalada na Câmara dos Deputados. "O decreto está ferindo um acordo de formação da comissão. Os ambientalistas perderam a corrida conosco e agora querem tirar o nosso rumo. Todo dia tem uma ação deles. Não aceitamos isso", diz Micheletto, que preside a comissão especial.

Os deputados afirmam, ainda, que um novo decreto acirra os ânimos no campo e quebra um acordo político feito pelo governo no Congresso. O recado é claro: regras

ambientais mais duras em meio a eleições impedem a colheita de dividendos eleitorais nas bases rurais desses parlamentares.

O novo decreto foi redigido em conjunto pelos ex-ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura). Os substitutos deles não teriam sido consultados. Os ruralistas apostam nisso para adiar a publicação do decreto. Por outro lado, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, informou a auxiliares que concorda com o teor das medidas, mais favoráveis a agricultores familiares e mais restritivas a médios e grandes produtores. A reportagem procurou ontem a subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, mas não obteve resposta sobre o decreto.

Uma análise jurídica feita pela Comissão Especial do Código avalia como "inconstitucionais" vários artigos do novo decreto por criar obrigações e impor limitações. "Isso deveria ser feito por lei. Não pode ser por decreto", diz o deputado Micheletto. Os cartórios, por exemplo, são obrigados a seguir as regras das corregedorias estaduais de Justiça, e não a norma contida em um decreto presidencial. A data de corte para uso de cota de reserva florestal também seria "duvidosa", afirma a análise.

O novo decreto também impõe regras a órgãos ambientais estaduais ao instituir a compensação de florestas por meio da chamada "servidão florestal". Questões sobre a localização da reserva legal seriam de competência exclusiva dos Estados, e não da União. A criação de obrigações e limitações também seriam passíveis de questionamentos judiciais.

Usinas alagarão áreas protegidas no Pará – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 15/05/2010

Área a ser subtraída de dois parques e três florestas nacionais por cinco reservatórios equivale a meia cidade de São Paulo

Obras planejadas na região do Tapajós são próxima investida elétrica federal na Amazônia e afetarão 1º parque criado na floresta

As cinco hidrelétricas que o governo planeja construir na região do rio Tapajós, no Pará, afetarão diretamente 871 km² de áreas protegidas de floresta, uma área equivalente a metade da cidade de São Paulo. O cálculo foi feito pela Folha com base em dados do estudo de inventário hidrelétrico dos rios Tapajós e Jamanxim, produzido pela Eletronorte e pela Camargo Corrêa. Segundo o relatório, preliminar, deverão ser alagadas pelos reservatórios das usinas porções de dois parques nacionais e três florestas nacionais. Somados, os reservatórios das cinco hidrelétricas terão 1.979 km² de área. Parques nacionais são unidades de conservação integral. Nenhum tipo de atividade que não seja a pesquisa científica ou o turismo é permitido nessa categoria de área protegida.

Na área de influência das usinas existem dois: o parque nacional da Amazônia, o primeiro a ser criado na região Norte, em 1974; e o parque nacional do Jamanxim,

criado em 2006. As Flonas permitem exploração econômica sustentável, mas não permitem a instalação de usinas hidrelétricas. Isso, porém, está mudando. No dia 9 de abril, o governo publicou um decreto que permite autorizar estudos para hidrelétricas em quaisquer unidades de conservação, bem como instalar linhas de transmissão em unidades de uso sustentável. O decreto tem por objetivo liberar a realização dos estudos e relatório de impacto ambiental (EIA-Rima) das usinas do Tapajós, condição necessária para o licenciamento das obras. Hoje, eles não podem ser feitos porque a lei do Snuc (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) não permite que um parque autorize atividades que visam alterá-lo. Ou seja, os técnicos da Eletronorte não podem nem mesmo entrar nos parques para fazer, por exemplo, levantamentos das áreas a serem afetadas. No inventário, as estimativas foram feitas com base em fotos aéreas e medições feitas de dentro dos rios.

Zona sensível

Após as polêmicas ambientais envolvendo as usinas do rio Madeira (RO) e Belo Monte (PA), o governo estuda com cautela seus próximos passos energéticos na Amazônia. A região do Tapajós tem, por um lado, um potencial enorme: é a última área de queda entre o Planalto Central e a bacia amazônica que ainda não tem uma megausina. Esta, São Luiz do Tapajós, a principal do complexo, deverá ser a terceira maior do país, com 6.133 megawatts de potência instalada. Por outro lado, a região é rica em biodiversidade e abriga uma das principais porções de floresta intocada do Pará. Praticamente toda a zona de influência das hidrelétricas está em unidades de conservação, a maioria no rio Jamanxim. Elas foram criadas em 2006, como parte do plano de contenção do desmatamento no eixo da rodovia BR-163. Só no parque nacional da Amazônia foram registradas 425 espécies de ave, 370 de planta e 103 de mamífero. "Essas informações são parciais, porque os levantamentos só foram feitos nas áreas de fácil acesso", ressalta Allyne Rodolfo, bióloga do parque. O ministério de Minas e Energia aposta em um novo conceito de hidrelétrica para essas áreas sensíveis: as "usinas-plataforma". Segundo o ministro Márcio Zimmermann, as usinas-plataforma são construídas de forma a minimizar o desmate. Após a construção, os canteiros de obras são abandonados para que a floresta se regenere (leia texto à direita). O conceito ainda não foi testado em lugar nenhum do mundo. "Parece ser mais um exercício de "greenwash" [propaganda enganosa verde] do que uma proposta séria", afirma Aviva Imhof, da ONG International Rivers Network. Mesmo minimizando o desmatamento no entorno, as usinas-plataforma causarão impacto direto à fauna e à flora na área dos reservatórios. "Muitas espécies de peixes migratórios não vão conseguir mais subir o rio para desovar. Muitas espécies de peixes ornamentais que habitam as margens protegidas e rasas vão desaparecer. Muitas espécies de araras que habitam os buritizais e outras palmeiras das várzeas vão perder seus ninhos", diz Maria Lúcia Carvalho, diretora do parque da Amazônia.

DA REDAÇÃO

Com as usinas do Tapajós, o governo espera suavizar a oposição dos ambientalistas e ao mesmo tempo aproveitar o potencial de geração de energia da Amazônia.

Para isso, inspirou-se na forma como as plataformas de petróleo são feitas e operadas. A ideia é evitar a explosão das cidades e do desmatamento, até hoje consequência obrigatória da construção de usinas. Segundo o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o conceito de usina-plataforma nasceu de "uma constatação de realidade": há muito potencial para explorar em áreas não antropizadas, mas ninguém quer mais o desenvolvimento predatório da Amazônia.

"Você já viu nascer alguma cidade em uma plataforma marítima?"-questiona. Segundo ele, a construção seria feita de forma a impactar só a área do canteiro de obras, que seria depois abandonada para a regeneração da mata. A operação posterior das usinas-plataforma seria feita remotamente. "Isso inclusive reduz o custo", diz Zimmermann. O presidente do Instituto Chico Mendes, Rômulo Mello, diz que as áreas protegidas do rio Jamanxim foram criadas quando as usinas já estavam em estudo, em 2006. "Já se sabia do risco." Ele diz que as usinas-plataforma ainda precisam ser "objetivadas", mas que é simpático à ideia. "As duas áreas podem ganhar." (CA)

"Código Florestal precisa deixar o agricultor em paz" – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Especial – 17/05/2010

Crítico feroz da influência de ONGs em questões ambientais e combatido por ambientalistas por sua proximidade com a bancada ruralista, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB) terá uma dura batalha política quando apresentar seu relatório final, no início de junho, na comissão especial de reforma do Código Florestal. O texto dará aos Estados o poder de legislar em questões ambientais, evitará punição a derrubadas feitas sob incentivo oficial e consolidará áreas de produção em várzeas e topos de morros. Rebelo, que ouviu mais de 378 pessoas em 64 audiências públicas e outras tantas privadas país afora, espera continuar com o apoio dos partidos que o levaram à delicada e complexa relatoria. Os três candidatos a Presidente da República têm opiniões diferentes sobre o tema, mas Aldo Rebelo diz ter apoio para suas ideias de pelo menos de dois deles: José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

As áreas de reserva legal e de preservação permanente (APP) serão mantidas, mas com regras alteradas para permitir "corredores ecológicos" e exigências de mata ciliar segundo a largura dos rios. Haverá moratória de cinco anos ao desmatamento na Amazônia, Caatinga e Pantanal. Na Mata Atlântica, será proibido desmatar. Nesta entrevista ao **Valor**, Rebelo antecipa algumas das principais propostas do relatório que apresentará.

Valor: *Qual o objetivo do seu relatório?*

Aldo Rebelo: Minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz. O Estado tenha mais função de orientar, fazer da preservação do meio ambiente não humilhação e punição, mas educação. Mais de 90% dos municípios não têm órgão ambiental. Na maioria dos Estados, são estruturas precárias. Deviam prevenir, e não punir.

Valor: *O senhor delegará poder aos Estados?*

Rebelo: Sim, vamos buscar incorporar Estados e Municípios. Se não delegar, não temos como cobrar responsabilidades. Tem que delegar e destinar recursos, como se faz com Saúde e Educação. É o exemplo que buscamos. É a forma de comprometer Estados com a questão ambiental. Como vamos pensar que o Ibama, aqui de Brasília, vai resolver os problemas ambientais? Não tem outro jeito. Se não envolver as pessoas, os Estados, não se resolve.

Valor: *As APPs e reservas legais serão mantidas?*

Rebelo: Embora a reserva legal e a APP sejam personalidades jurídicas únicas no direito ambiental internacional, com exceção do Paraguai, para cumprir o nosso compromisso com o projeto civilizatório ambientalmente equilibrado devemos manter as duas. E calcular a soma da reserva legal com a APP para exigência legal.

Valor: *E as áreas desmatadas ilegalmente?*

Rebelo: Algumas áreas têm que ser tomadas como consolidadas. Pode-se fazer uma moratória. Na Mata Atlântica, desmatamento zero. Já se desmatou além da conta. Para a Amazônia, também desmatamento zero, mas por cinco anos até cada Estado fazer zoneamento econômico e ecológico. Para Caatinga e Pantanal, a mesma coisa. Não tem sentido fazer operação Arco do Fogo no Amazonas que tem 98% de 1,6 milhão km² de cobertura vegetal original. O que vai se fazer lá a não ser confusão? Amazônia Legal é conceito fiscal para ter benefício da Zona Franca. Lá, tem Caatinga, Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica.

Valor: *E como será feita a compensação?*

Rebelo: A compensação pode ser na mesma bacia, no mesmo bioma ou fora do Estado. Se for na bacia ou no bioma, pode ser fora do Estado. Porque os rios de primeira geração são interestaduais. Mas isso não está resolvido ainda. Há quem defenda não fazer a reserva legal por propriedade, mas tomar como referência a bacia ou o bioma. Fazendo por bacia obtém opção ecologicamente mais eficaz. Se preserva os corredores ecológicos, a flora, a fauna, os mamíferos superiores. Se fizer por propriedade, a alternativa de isentar as pequenas, facilitar as médias e dar alternativa para as grandes.

Valor: *O senhor já tem um critério para calcular as APPs?*

Rebelo: A mata ciliar é para proteger margem de rio. Dizer que é 200 ou 300 metros [de largura] não diz nada. A Embrapa diz que foi tirado da cartola. Primeiro, tem que examinar o terreno da margem e o tipo de solo. Se tem declive, em situação mais frágil com a chuva que pode assorear o rio, tem que ter APP maior. Se além do declive

tiver solo arenoso, raso, tem que colocar a APP mais protetora. Mas se tem terreno plano, solo duro, argiloso, a APP pode ser menor. E se tem rochedo, um canion, na margem tem que ter outra solução.

Valor: *E os topos de morro, as várzeas?*

Rebello: No topo de morro, fica na ilegalidade a turma que planta uva em Caxias, Garibaldi, quem planta maçã, café em Minas. É um conceito abstrato que oferece ao Ministério Público o arbítrio de processar qualquer produtor que está lá há anos e não tem como definir, a não ser um técnico, o que pode ou não plantar. Tem que entregar à universidade, à Embrapa, para dizer o que é. Não pode deixar o Ministério Público, que não sabe a diferença entre um pé de maxixe e uma jaqueira, dizer o que é porque ele não sabe o que é. E tem o absurdo de proibir arroz em várzea.

Valor: *O senhor não teme a reação dos ambientalistas?*

Rebello: Essa gente acha que democracia é ter lei ambiental que não passou pelo Congresso. Das 16 mil normas ambientais, de decretos, leis, portarias, 90% não foram votadas por ninguém, não se discutiu ou decidiu. Eles acham isso democrático. Quando queremos levar ao Congresso, Estados e Municípios, estamos querendo levar a sociedade em conta. E o Ministério Público transformou-se, na prática, no braço jurídico dessas corporações, das ONGs. Eles ficam raivosos, mas é isso. E como a sociedade não tem organicidade, o povo não chega nele. Chega quem tem articulação. As corporação têm e chegam. E as ONGs terminam chegando.

Valor: *O que o senhor pensa da crítica de ambientalistas ao seu alinhamento aos ruralistas?*

Rebello: Quem é ruralista nesse negócio? A Frente Parlamentar Agropecuária é integrada por deputados de todos os partidos. O Psol talvez seja exceção, mas tem PT, PSB, todos. O meu partido, PCdoB, tem três deputados na bancada. Ruralismo, ou ruralista, é uma expressão que não define nada. Na questão do Código Florestal, a insatisfação vai do assentado da reforma agrária ao produtor de soja, o exportador de carne, todos.

Valor: *Como foi sua indicação para a relatoria da Comissão Especial? O PT participou?*

Rebello: A minha indicação foi resultado de um acordo dentro da comissão envolvendo todos os partidos, com exceção do Psol e do PV. Com apoio da liderança do PT e da liderança do governo. Creio que a minha indicação representa a expectativa, tanto do PT como do PSDB, do PMDB e de outros, de tentar resolver uma questão muito importante.

Valor: *Então, PT e PSDB vão apoiar o relatório?*

Rebello: Eu posso, de acordo com o relatório que venha a apresentar, esperar que seja apoiado.

Valor: *O senhor conhece as posições dos candidatos presidenciais José Serra, Dilma Rousseff e Marina Silva sobre o assunto? São divergentes?*

Rebello: O Serra e a Dilma são personalidades que têm compromisso com o desenvolvimento do país. Não creio que busquem, ou que alimentem, o imobilismo da agricultura, da infraestrutura e da pecuária do país. No caso da senadora Marina, é diferente. Ela construiu a agenda dela ligada aos interesses das organizações não governamentais internacionais. E a agenda dela recente demonstra esses vínculos. A ideia de transformar a Amazônia em um santuário é de imobilizar a área de fronteira agrícola do país. É uma posição muito divergente da dos outros. Mas acho que a expectativa de encontrar uma solução adequada, de equilíbrio da defesa do meio ambiente e a aspiração ao desenvolvimento, pode ter o apoio tanto da Dilma quanto do Serra.

Valor: *Qual é a essência, o fundamento de sua posição com a qual os dois candidatos concordam?*

Rebello: A essência da minha posição é romper o equilíbrio estratégico. O equilíbrio existente hoje é uma legislação criada pelas ONGs que inviabiliza a agricultura do país completamente. Não tem como ter agricultura e pecuária e infraestrutura no Brasil com esta legislação. Só tem porque ela não é aplicada. Se for aplicada, não existe.

Valor: *Como os países desenvolvidos solucionaram o problema?*

Rebello: Não é possível fazer uma legislação comparada porque não existe nada parecido no planeta. Não existe na legislação europeia, americana, algo como temos no Brasil. É simplesmente estarrecedor, inacreditável o que temos na legislação ambiental brasileira. Não sei como chegamos a este estado, como tantos abusos foram cometidos, como foi imposta ao país esta legislação sem que houvesse por parte do Estado e da sociedade algum tipo de repulsa.

Valor: *Que exemplos o senhor considera repulsivos?*

Rebello: Como se pode aceitar uma legislação que coloca na ilegalidade 90% dos proprietários, o cidadão que arranca uma minhoca da beira do rio, um índio que põe raiz de mandioca para fermentar dentro de um igarapé, todo o rebanho no Pantanal? Há 250 anos aquelas pessoas criam boi no Pantanal. Aí, aparece uma resolução, uma instrução normativa, uma portaria que coloca essas pessoas na ilegalidade.

Valor: *E com a agricultura, a situação é melhor?*

Rebello: Setenta e cinco por cento do arroz produzido no Brasil está na ilegalidade. Bem como toda a produção de banana do Vale da Ribeira, que é uma dádiva porque abastece 20 milhões de pessoas em São Paulo a 100 quilômetros de distância, quando o europeu tem que comer banana da Costa Rica e o americano tem que comer banana do Equador. Aqui, está tudo na ilegalidade. Como pode, em um único município de Mato Grosso, ter 4 mil assentados do Incra proibidos de receber o Pronaf [crédito rural] porque não conseguem cumprir a legislação ambiental? Os

pequenos agricultores vendendo suas propriedades porque elas são desvalorizadas pela ação do Ministério Público, pela ação dos órgãos ambientais.

Valor: *Há algum sentido nesta desordem permanente, que ninguém corrige?*

Rebello: Essa anarquia não é anarquia, há uma lógica. Você bloqueia a infraestrutura do país, completamente, não consegue fazer nada, não consegue pavimentar uma estrada, fazer uma ponte, uma ferrovia, um arremedo de hidrelétrica como é Belo Monte.

Valor: *Hoje, seria possível fazer uma Itaipu?*

Rebello: Nada. Também não faria Brasília, hoje. Levou mais tempo para licenciar uma pista do aeroporto de Brasília do que para fazer Brasília. À luz dessa legislação, o nosso país é um crime ambiental, não um projeto civilizatório generoso, da tolerância. Quando os portugueses chegaram aqui já existiam os criminosos ambientais, os índios, que caçavam sem licença. A literatura brasileira é cheia de crimes ambientais. Em "Vidas Secas", em "Os Sertões". E quando você olha para a legislação europeia e americana sequer existe a figura jurídica da reserva legal.

Valor: *Qual a reserva legal da Holanda, de onde vem o combativo Greenpeace?*

Rebello: Na Holanda, não existe. Na Amazônia, é 80%. Aqueles canais cortam a Holanda de cima abaixo. Qual a APP [área de proteção permanente], a mata ciliar? Não existe. E na prática há um bloqueio, porque como é possível manter uma propriedade produtiva com 80% de reserva legal? Uma área que contribui com 8% do PIB onde você não pode fazer nada. Roraima importa farinha de mandioca do Paraná, importa etanol paulista, importa leite de Rondônia, com uma área do tamanho do Estado de São Paulo, 250 mil km².

Valor: *É este diagnóstico que faz um ícone da esquerda como o senhor ser identificado com o pensamento ruralista?*

Rebello: Quem são os ruralistas? Os assentados do Incra? Os assentados da reforma agrária de Araçatuba? Da fazenda Ipanema, que eu conheço e visitei, e que têm as mesmas preocupações com relação a essa aplicação da legislação? O binômio ruralista-ambientalista é um discurso que serve a esse tipo de ambientalismo, que não é todo ambientalismo, não. Cerca de 90% dessas ONGs são locais, bem intencionadas, e algumas fazem trabalho importante, humanitário.

Valor: *E os outros 10%?*

Rebello: São meia dúzia de ONGs, algumas com sede no exterior. Chegam aqui, recebem muitos recursos de fora - algumas recebem do próprio governo brasileiro. Já discuti a questão da Caatinga em Petrolina. O Ministério da Integração fez um convênio com uma ONG americana. Perguntei: não tem uma universidade federal da Bahia, de Pernambuco, de Petrolina, para resolver esse problema? Precisa uma ONG americana? Agora o Banco do Brasil está contratando uma outra ONG estrangeira. Há uma espécie de submissão, de capitulação do Estado nacional diante dessas pressões.

Valor: *Com que objetivo agem essas ONGs?*

Rebello: Congelar a fronteira agrícola, transformar o Código Florestal numa espécie de Código Tributário, para jogar nas costas da agricultura brasileira um custo que não pode ser jogado na Organização Mundial do Comércio. Porque a confusão está toda em Mato Grosso e não está em São Paulo? Por causa da fronteira agrícola. Acham que é preciso conter a expansão da fronteira agrícola do Brasil, ela se constitui numa ameaça aos nossos concorrentes lá fora. Guerra da soja, do algodão, do açúcar, da carne. Por que vão se reunir 500 ONGs em Colider? Para obstruir a Cuiabá-Santarém? O que ela tem de tão horrível se pode, inclusive, a mesma rodovia que transporta carne, soja, gente, boi, ela também pode transportar os fiscais do meio ambiente, as ONGs, para olhar o que está acontecendo. É para impedir o transporte de grãos. Então, não tem nada de inocente, nada de humanitário nisso. Não estão aqui em busca do nosso bem. Estão aqui em busca dos nossos bens, como disse o sábio padre Antonio Vieira.

Valor: *Que ONGs estão em busca dos nossos bens?*

Rebello: Posso dizer uma, que é a holandesa: Greenpeace. Tem sede na Holanda, registrada na Junta Comercial de Amsterdã. Com um histórico muito pouco recomendável, perdeu muito prestígio na Europa por conta de denúncias e resolveu recuperar o prestígio fazendo campanhas na Amazônia. São executivos, não é trabalho de voluntários. São bem remunerados.

Valor: *Como resumir as consequências desse legislação?*

Rebello: São duas: primeiro a concentração da propriedade da terra. E segundo um processo de desnacionalização, porque o investidor estrangeiro, com o custo lá fora, no país dele, muito elevado, pode suportar esse custo aqui.

Valor: *Quem tem levado vantagem com o código atual?*

Rebello: Uma parcela dessas ONGs que transformam a batalha numa espécie de indústria. Espalham pânico, medo, e colhem recursos para dizer que protegem o meio ambiente dos predadores do campo. Ninguém se dá conta da tragédia ambiental nas metrópoles. Em São Paulo, tem um represa que banha 11 cidades. É bonita, cercada de APP, mas ninguém nada porque recebe o esgoto dessas cidades. Então, a pessoa está em São Paulo, tem aquele rio Tietê que recebe todo o esgoto, tem dois carros na garagem, come pizza no forno a lenha e acha que o problema ambiental é de quem cria vaca em Araçatuba, uma cabra em Petrolina ou planta milho em Rondônia. Há um divórcio entre a sociedade rural e a mentalidade urbana que não tem consciência dos seus próprios problemas. Os ativistas dessas ONGs têm origem urbana, desconhecem, têm um bloqueio, não conseguem visualizar o mundo do campo.

Valor: *E o campo é o vilão?*

Rebello: A agricultura brasileira é muito desigual. Parte dela é pré-capitalista, semicapitalista, sem capital ou tecnologia intensiva. Essa é a mais vulnerável à legislação. Ela pode não ter função econômica relevante, ser cotada na bolsa, mas tem função social relevante porque garante a sobrevivência de muita gente. As pessoas estão ali por opção existencial, espiritual, querem viver no campo, se identificam com aquilo.

Porque vamos expulsá-las dali? A agricultura intensiva em capital e tecnologia - essa de Mato Grosso, grande criador de gado, produtor de grãos - é responsável pelo êxito do Brasil na crise da Europa e dos EUA.

Valor: *E as desigualdades do campo?*

Rebello: Você pode apontar deformidades na distribuição da renda e da propriedade da terra. Mas vamos fazer do Código Florestal um instrumento de vingança contra essa agricultura? Os problemas sociais se resolvem por outro caminho. Tem que reconhecer os méritos, as virtudes dela.

Valor: *O que o senhor pensa sobre o novo decreto sobre reserva legal e compensações ambientais em estudo na Casa Civil?*

Rebello: Não conheço a medida, mas creio que a tradição de legislar por decreto nessa matéria não trouxe bom proveito nem para o meio ambiente nem para agricultores. Agora, se o governo quer resolver os problemas, e tirar 90% dos agricultores da ilegalidade, eu também não posso ser contra.

Nova chefe do clima na ONU elogia Brasil – Rafael Garcia – Folha de São Paulo –
Ciência – 18/05/2010

Para costa-riquenha Christiana Figueres, acordo tem de progredir com metas voluntárias antes de ganhar força de lei

Falta de consenso sobre a estrutura formal do novo tratado contra aquecimento não justifica metas fracas de corte de CO2, diz diplomata

A meta de obter um tratado internacional com força de lei para conter emissões de CO2 parece impossível no curto prazo, mas a nova chefe da UNFCCC (Convenção do Clima da ONU) diz que isso não é motivo para governos ficarem esperando. Para a costa-riquenha Christiana Figueres, 53, os países têm muito a fazer por fora buscando metas mais ousadas de cortes de emissões. Figueres assume a partir de 1º de julho a missão de costurar um acordo que ampliará e substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012. Ela procurará ao mesmo tempo restaurar a credibilidade da ONU no processo, que foi perdida após o fiasco da conferência do clima de Copenhague, em dezembro. O resultado culminou com a demissão do secretário-executivo da convenção, o holandês Yvo de Boer. Figueres disputava o cargo com o sul-africano Marthinus van Schalkwyk, apoiado pelo Brasil e por outros países emergentes. Após vencer, teceu elogios à posição brasileira nas negociações. Sua indicação foi decidida após pressão das nações-ilhas sobre a ONU. Esses países queriam à frente da UNFCCC um representante de um país pequeno em desenvolvimento. Filha do ex-presidente da Costa Rica José Figueres Ferrer, a nova

chefe da convenção é negociadora de clima do país desde 1995. A Costa Rica ajudou a formular a proposta que deu origem ao Redd (o mecanismo de redução de emissões por desmatamento).

"Ela é experiente e muito respeitada nos meios internacionais", diz Luiz Gylvan Meira Filho, especialista em negociação de clima da USP. "É transparente, descomplicada e objetiva", segundo Suzana Kahn Ribeiro, ex-secretária brasileira de Mudança Climática. Em entrevista à Folha, Figueres criticou Copenhague e disse que a meta assumida pelos países de limitar o aquecimento global em 2C não garante a sobrevivência das nações-ilhas. Leia abaixo:

★

FOLHA - A sra. assume a UNFCCC logo após a decepção no encontro de Copenhague. O encontro de Cancún no fim deste ano poderá superar o entrave que surgiu em 2009?

CHRISTIANA FIGUERES - Assumo a convenção do clima em um momento difícil, que é também um momento de oportunidade. Houve algum progresso em Copenhague, que dependeu da seriedade e da vontade por parte de todos os países para avançar no combate à mudança climática. Falo aqui de promessas com relação ao financiamento de curto prazo [auxílio climático a países pobres], da redução das emissões por desmatamento, e da estrutura para adaptação.

FOLHA - A Europa parece ter desistido da pressão por um acordo global com força de lei para obrigar os países a reduzirem emissões. Um acordo apoiado apenas em ações voluntárias seria eficaz?

FIGUERES - É direito e obrigação dos países que participam da negociação definir a que tipo de acordo deveremos chegar, e em que momento. Sinto que há um impulso agora diante de Cancún para responder à atenção que tem tido o possível formato do acordo, algo em que concentramos muitos esforços nos últimos anos. Poderemos agora complementar esses esforços com um esforço para fixar um objetivo para enfrentar a mudança climática. Já há passos concretos. Por isso, me parece que os países não estão focados no formato do acordo, mas em um esforço complementar, que no momento apropriado vai permiti-los regressar à discussão sobre o formato do acordo.

FOLHA - A sra. é a primeira chefe da UNFCCC vinda de um país em desenvolvimento. Isso sinaliza que o peso desses países aumentou na negociação do novo acordo do clima?

FIGUERES - Se alguém quiser enxergar isso dessa maneira, posso dizer que sim. Isso denota o reconhecimento internacional do papel importante que têm os países em desenvolvimento no desafio da mudança climática. É claro que um grande crescimento de emissões vai ocorrer nos países em desenvolvimento, porque são eles que ainda tem crescimento econômico à frente. Mas justamente por isso eles têm grande oportunidade de contribuir com soluções, ainda que essas oportunidades estejam ligadas a um grande desafio, pois os países em desenvolvimento têm como prioridade o crescimento. A ciência, porém, exige deles que tenham crescimento de maneira eficiente em carbono [gerando mais energia por tonelada de CO2 emitido]. Isso é uma restrição que países industrializados não tiveram, por isso devem ajudar países em desenvolvimento no desafio.

FOLHA - O mundo continuará dependendo do progresso doméstico dos EUA para avançar no acordo?

FIGUERES - Vamos ver como vai terminar essa discussão. Na semana passada foi apresentada uma versão para a legislação [interna] nos EUA que os obrigaria a reduzir emissões em 17%, conforme prometeu o presidente Obama. Isso ainda é um esboço que tem de passar por todas as instâncias legislativas no país. O que é certo é que realmente há um compromisso por parte do governo dos EUA de participar das negociações.

FOLHA - O encontro de Copenhague começou numa tentativa de impor metas nacionais para cortes de emissões, mas acabou sem chegar nem sequer a uma meta global. Em Cancún isso será corrigido?

FIGUERES - O acordo do qual se tomou nota em Copenhague determina que o acréscimo na temperatura média de 2C deve ser evitado. Esse é o nível que se estabeleceu porque, para algumas partes, era o politicamente aceitável. Mas é preciso lembrar duas coisas. Uma, as promessas de mitigação que estão sobre a mesa não chegam a garantir o limite de 2C. Se estagnarem nesse patamar, a temperatura terá acréscimo entre 3C e 3,9C. Além disso, esses 2C não garantem a sobrevivência dos estados em situação mais criticamente vulnerável. Isso significa que todos os países terão de se esforçar mais e aspirar a uma ambição maior de mitigação no momento em que ainda podemos enfrentar o problema.

FOLHA - Houve progresso nas negociações de Redd, mas há ainda uma discussão sobre o quanto esse mecanismo pode gerar de créditos de carbono. Qual é o limite?

FIGUERES - Nessa área, é preciso antes de tudo reconhecer a liderança que tem exercido o Brasil, país que tem um dos maiores desafios diante das emissões por desmatamento.

Já existe efetivamente um acordo de Redd bastante maduro que se pode finalizar e fechar em Cancún. Me parece que devemos adotar vários mecanismos financeiros. O mercado pode ser um deles, mas precisaremos de mecanismos que não são de mercado para que o Redd seja eficaz.

Para ambientalistas, relatório de Rebelo é genérico e equivocado – Bettina Barros – Valor Econômico – Política – 18/05/2010

Genérico e equivocado. Assim representantes ambientalistas do país qualificaram o relatório final de reforma do Código Florestal, que deverá ser apresentado oficialmente em junho e cujos principais pontos foram antecipados pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB), em entrevista ao **Valor**.

Duramente criticado, como uma organização "com um histórico muito pouco recomendável", o Greenpeace afirmou que o documento fará o país "retroagir para antes de 1934", data da elaboração do Código Florestal brasileiro. "Fiquei chocado com a entrevista", disse Sérgio Leitão, diretor da ONG. "Ele [Rebelo] não entende nada do assunto".

Segundo o ambientalista, há incoerências entre o discurso do deputado e o relatório, agora, defendido por ele. A principal delas refere-se à possibilidade de os

Estados legislarem em questões ambientais, uma permissão jurídica que poderia colocar em perigo o já frágil equilíbrio dos biomas brasileiros. Incoerência porque, de acordo com Leitão, Rebelo teria dito textualmente ser contra a medida durante reuniões com o Greenpeace, em audiências públicas e em seminário do PCdoB. "É uma questão muito simples: bioma respeita limite geográfico? Começo a achar que ele está de má-fé nesse debate. Acho que abandonou o passado de luta e passou pra motoserra".

O grande temor dos ambientalistas é que a falta de uma unidade nacional acabe replicando a decisão de Santa Catarina no resto do país. Recentemente, o Estado mudou sua legislação ambiental e reduziu a área de mata ciliar de 30 metros, como prega o Código federal, para cinco. Ana Cristina Barros, representante no Brasil da The Nature Conservancy (TNC), acredita que a descentralização seria positiva apenas se houver um parâmetro federal. "Um 'baseline' que não tire o poder da União", diz ela, tal como ocorre com a Saúde e Educação.

Topos de morros e várzeas são áreas de proteção permanente (APPs). Por funções ecológicas, como evitar o assoreamento dos rios, devem permanecer intactas. Mas as mudanças no Código consideram certas culturas como consolidadas nessas regiões. Caso do arroz, que, de acordo com Rebelo, tem 75% de sua produção em várzeas, e da banana do Vale do Ribeira, também na ilegalidade. Para os ruralistas, entraves como esse ameaçam a agricultura. Para Leitão, culturas em APPs representam 1% da produção.

"Para saber o que são áreas consolidadas é preciso fazer o georreferenciamento [o mapeamento por satélite das propriedades rurais]", diz o deputado José Sarney Filho, da Frente Parlamentar Ambientalista. "Não gosto de frases genéricas. Não dá para saber o que Rebelo está pensando".

"O momento é inoportuno para discutir reforma no Código porque estamos às vésperas de uma eleição que envolve interesses. Não há a isenção", diz Sarney Filho. Para ele, tampouco é possível dizer o que os candidatos à Presidência, Dilma Roussef e José Serra, são favoráveis a ela, apesar do apoio afirmado do Rebelo. "Até agora eles não se expressaram, só a Marina [Silva]".

Floresta legal de mercado – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 19/05/2010

Talvez seja um pouco tarde para lançar novas ideias, dado que as discussões para reforma do Código Florestal estão avançadas no Congresso Nacional, mas acredito que o exposto neste artigo possa ajudar a implementar o novo código, quando aprovado. O que defendo aqui é colocar mais mercado em menos regulamentação e menos regulamentação em reserva legal. A oportunidade aberta pela reforma deveria ser utilizada para estabelecer mecanismos de mercado em substituição aos tradicionais instrumentos de coerção.

A proposta consiste em criar um mercado para a reserva legal com base num sistema de teto e trocas (batizado de cap and trade no mercado de carbono). As

dificuldades legais para criar esse mercado não são grandes, uma vez que o teto já existe. Basta promover a segunda parte da ideia: viabilizar e estimular as trocas. Saliento que não estou propondo um sistema de compensação tal qual já é permitido no Código Florestal corrente.

Para que o mercado de reserva legal decole, como no caso do mercado de carbono, algumas condições institucionais precisam ser garantidas. A primeira, a rigor já estabelecida no Código Florestal, é definir os montantes de reserva legal. A maior modificação jurídica a ser feita é na conceituação e no propósito da reserva legal. Em vez de impor a reserva legal como obrigação de cada propriedade de rural, ela passaria a ser definida como uma meta para uma determinada unidade regional mais ampla, e não restrita à microbacia hidrográfica. Essa meta passaria a ser expressa em hectares necessários para compensar a área antropizada corrente e futura daquela unidade regional. A meta regional seria, idealmente, calculada a partir do somatório da meta individual de cada propriedade. No entanto, considerando que existem Estados cuja área de vegetação nativa ainda ultrapassa as obrigações de reserva legal, essa meta seria calculada com base na área de vegetação nativa e na área antropizada localizada fora áreas excluídas para uso para fins produtivos.

Um mecanismo de mercado permitiria aos produtores atuar de duas formas: 1) Alugar áreas com vegetação nativa em propriedades privadas em montantes superiores à reserva legal individual; 2) investir em restauro florestal em outras propriedades rurais. Assim, produtores com excesso de reserva legal e com áreas não utilizadas para produção, ou com baixa produtividade, seriam os ofertantes; e os produtores com “passivo ambiental” ou interessados em abrir suas áreas além do teto individual seriam compradores de reserva legal.

Para que os ambientalistas ortodoxos não rechacem a ideia de antemão, a obrigação individual com as áreas de preservação permanente (APPs) continuaria existindo (seja a conservação, seja o restauro florestal com esse fim), apesar da meta ampla para reserva legal. Fica a discussão, e esta é o Congresso que vai arbitrar, se as APPs são adicionais à reserva legal ou não.

O custo de oportunidade de manter a vegetação nativa é elevado, seja porque o produtor está deixando de produzir, seja porque o custo do restauro por hectare é muito maior do que a rentabilidade de qualquer produto agropecuário. Assim, o surgimento do mercado de reserva legal pressupõe uma diluição de custos, enquanto se mantém, para o produtor, a obrigação da conservação.

Caberia ao governo formar um fundo de reserva legal que seria utilizado para a alavancagem desse mercado.

O fundo teria um objetivo básico: subsidiar o investimento necessário para financiar projetos de restauro florestal e subsidiar as iniciativas de aluguel de reserva legal para cobrir os custos de oportunidade da produção agropecuária. Tendo em vista que grande parte dos custos do restauro ocorrem no início do projeto, o fundo cobriria parte do investimento inicial, o qual seria amortizado pelos produtores no decorrer do tempo de vida do projeto. Com esse mecanismo a entrada futura manteria o fundo capitalizado, permitindo que novos projetos fossem financiados. O tamanho do fundo (não é preciso dizer que seria de alguns bilhões de reais) dependeria da demanda pelo restauro.

O fundo poderia ser utilizado de forma a se atingir o que a sociedade espera em termos de preservação. Se promover o restauro é mais importante do que financiar a servidão florestal, o fundo poderia fomentar de forma mais agressiva projetos de restauro, estimulando produtores a seguirem esse caminho. Diversos critérios precisam ser desenvolvidos sob o guarda-chuva do mercado de reserva legal: um sistema

de seguro autofinanciado para cobrir inadimplência, uma garantia para o tempo de permanência da vegetação nativa, um cadastro positivo de produtores que entrem no mercado e um sistema de avaliação do andamento dos projetos, entre outros. É preciso dimensionar também o montante do subsídio a ser injetado no sistema, para se evitar risco moral, e criar mecanismos para garantir a transparência no uso dos recursos.

A criação do mercado de reserva legal tem várias vantagens sobre o sistema atual. A mais importante é que, se construído sem distorções políticas, ele promoveria uma alocação mais eficiente no uso da terra. Áreas apropriadas para produção agropecuária seriam usadas para este fim – o que não poderia ser diferente – e áreas menos apropriadas seriam as candidatas aos projetos de restauro florestal. A segunda é que a diminuição das restrições atuais associadas à compensação e à servidão florestal seria acompanhada por um massivo programa de restauro florestal, que, sem dúvida, traria vários benefícios ambientais e de biodiversidade aos fragmentos de vegetação nativa existentes. Por fim, um mercado para reserva legal estimularia, em vez de manter na defensiva, os produtores rurais a se engajar nos temas ambientais.

Temos o que comemorar no Dia da Biodiversidade? – Izabella Teixeira – Valor econômico – Opinião – 21/05/2010

O mundo não cumpriu a meta de 2002 de uma redução significativa no ritmo de perda da biodiversidade até 2010

Amanhã, 22 de maio, o mundo inteiro comemora o Dia Mundial da Biodiversidade. É um momento de reflexão sobre a diversidade de formas de vida em nosso planeta e sobre a infinidade de bens e serviços ambientais derivados da biodiversidade que a humanidade usufrui. A Organização das Nações Unidas (ONU) pretende chamar a atenção para a questão e, por isso, declarou 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade.

Mas será que temos o que comemorar? O 3º Relatório do Panorama da Biodiversidade Global (conhecido pela sigla inglesa de GBO3), que o Ministério do Meio Ambiente está lançando na versão em português, é muito claro e confirma que o mundo não cumpriu com o objetivo adotado em 2002 na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo de lograr uma redução significativa no ritmo de perda da biodiversidade até 2010.

O GBO3 conclui que os ecossistemas naturais que sustentam a economia, a vida e os meios de subsistência em todo o planeta estão em perigo devida a rápida degradação e colapso. Segundo o documento, uma perda massiva da biodiversidade é cada vez mais provável, o que pode ocasionar uma severa redução de muitos serviços ambientais essenciais para as sociedades.

Como vários pontos de ruptura estão se aproximando, os atuais ecossistemas podem ser substituídos por sistemas degradados menos produtivos de difícil ou impossível recuperação.

O relatório GBO3, no entanto, não traz apenas más notícias. Entre as boas notícias, está o fato de que os avanços mais significativos de resposta ao declínio da biodiversidade ocorreram na Amazônia brasileira, onde se verificou um declínio de 75% na taxa anual de desmatamento desde 2004 e uma ampliação de 100% nas áreas

protegidas desde 2002 (considerando tanto as unidades de conservação federais quanto as estaduais).

Outros avanços importantes no Brasil podem ser arrolados. Estudo recente de bibliometria concluiu que os pesquisadores brasileiros foram responsáveis por 45% de todas as publicações científicas em sistemática biológica sobre a biodiversidade neotropical publicadas no século XX.

Neste Dia Mundial da Biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente tem a satisfação de lançar a Lista da Flora Brasileira, que lista mais de 44 mil espécies, obra de vulto coordenada pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro que contou com a contribuição de várias centenas de botânicos brasileiros.

Por outro lado, é importante que na estratégia de conservação os esforços não estejam limitados às ações de governos. É preciso que o setor empresarial e os consumidores brasileiros façam a sua parte e promovam a produção e o consumo sustentáveis dos produtos derivados da biodiversidade. De que adiantam os protestos indignados contra o desmatamento dos nossos biomas se cada um de nós não mudar seus padrões de produção e de consumo? Quantos de nós ao fazer compra de produtos de madeira pergunta sobre a origem da madeira?

Felizmente, essa nova conscientização começa a tomar corpo em nosso país, transbordando as fronteiras de grupos sócio-ambientalistas para constar das estratégias de negócio de diferentes setores empresariais, como o dos produtores de óleos vegetais que baniram há mais de três anos a compra de soja produzida em áreas de desmatamentos recentes na Amazônia; ou dos produtores de etanol a partir da cana-de-açúcar que apoiaram o zoneamento agroecológico que visa garantir que a expansão da cana não promova o desmatamento e remoção de ecossistemas naturais; ou dos frigoríficos e supermercados que anunciaram recentemente um pacto pela produção de carne sustentável.

Dados divulgados pelo Dr. Pavan Sukhdev, líder do "Estudo da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade" (conhecido pela sigla inglesa de TEEB), indicam que o mundo perde capital natural, isto é, biodiversidade, num valor estimado entre dois e cinco trilhões de dólares por ano apenas com o desmatamento. Por outro lado, estudos recentes estimam que investe-se um total de US\$ 10 milhões por ano na conservação da biodiversidade em todo o planeta. Calcula-se que seriam necessários US\$ 28 milhões anuais nos próximos 30 anos para cobrir 10% do território de todos os países, incluindo o custo de aquisição e gestão de reservas quanto à biodiversidade existente.

O Brasil tem um papel de liderança em relação ao destino da biodiversidade, por deter a maior porção da biodiversidade mundial, por deter uma das comunidades científicas mais ativas e competentes entre os países do Sul, por deter uma economia vibrante e criativa (um dos chamados BRICs) e por deter uma diplomacia respeitada por todos.

O governo brasileiro vai mobilizar as maiores competências nacionais em prol do avanço da agenda internacional de biodiversidade. Neste ano, importantes decisões serão tomadas na Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 10) em outubro, em Nagoya, Japão, e na Sessão Especial da ONU sobre biodiversidade, em setembro, em Nova York. Num momento onde o Brasil ganha espaço crescente na economia e na diplomacia global, seremos cada vez mais cobrados se estamos à altura das oportunidades e dos desafios que a agenda da biodiversidade nos oferece. Eu sou uma otimista!

Izabella Teixeira é Ministra de Estado do Meio Ambiente

São Paulo prepara leilão de créditos de carbono para junho – Samantha Maia –
Valor Econômico – Brasil – 24/05/2010

A prefeitura de São Paulo prepara para junho deste ano o terceiro leilão de crédito de carbono dos aterros sanitários da cidade, o Bandeirantes (zona norte) e São João (zona leste). Serão ofertadas 377 mil toneladas de carbono equivalente, o que poderá render cerca de € 5 milhões aos cofres públicos, considerando a atual cotação, entre €13 e € 14 a tonelada. O preço mínimo para a venda deve ser 30% menor que o valor de mercado, cerca de € 10. O leilão será realizado novamente em parceria com a BM&F Bovespa.

"Só mudaremos de plano se o preço cair mais", diz Walter Aluisio, secretário municipal de Finanças. O receio existe por conta dos problemas financeiros enfrentados pela Europa, onde estão os maiores compradores de crédito de carbono do Brasil. Em 2007 e 2008, os créditos foram vendidos por € 16,2 e € 19,2 a tonelada, respectivamente. Os compradores foram o banco europeu Fortis Bank, no lote de 2007, e a suíça Mercuria Energy Trading, em 2008.

Em 2009, não houve leilão, já que a crise econômica mundial derrubou os preços e a produção dos países ricos, diminuindo a necessidade de compra de crédito. A expectativa em relação à conferência do clima da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Copenhague no fim do ano passado, também tornou esse mercado pouco atrativo em 2009. Como nenhuma mudança foi definida na conferência, e a economia global começou a se recuperar, a venda de crédito voltou a ser um negócio atrativo.

A quantidade ofertada este ano, porém, está bem abaixo da leiloadada nos primeiros anos - 808 mil toneladas em 2007 e 713 mil toneladas em 2008. Segundo o secretário, foi possível ofertar mais nos primeiros leilões por conta de um acúmulo de crédito desde 2003, quando a queima de metano nos aterros foi iniciada. "Poderíamos ter leiloadado um milhão de toneladas de carbono em 2007, mas não fizemos porque os consultores avaliaram que oferecer um volume maior afastaria investidores", explica Aluisio.

O volume leiloadado poderá crescer em 500 mil toneladas, no entanto, caso uma pendência no projeto no aterro São João seja resolvida nesta semana. Desde o segundo trimestre de 2008, parte dos créditos gerados nesse aterro está bloqueada por conta de uma revisão do projeto, exigida pela ONU. A queima do gás metano no aterro é utilizada para a geração de energia elétrica, e apesar do projeto da prefeitura prever uma potência instalada de geração de 22 megawatts (MW), foi instalada uma usina com capacidade para gerar 24 MW.

"Está tudo certo, mas o incômodo é o tempo que essa avaliação leva", diz Manoel Antonio Avelino, diretor de desenvolvimento da Arcadis Logos, acionista da Biogás Energia Ambiental, empresa responsável pelos investimentos e pela administração da captação de gases nos aterros. Além dessa revisão, a ONU realiza trimestralmente uma avaliação do projeto para certificar os créditos de carbono.

Com a aprovação da ONU, haverá mais um milhão de toneladas de crédito de carbono disponíveis, divididos igualmente entre a Biogás e a prefeitura. Segundo a prefeitura, a queima do metano nos aterros reduziu em 20% as emissões de gases de efeito estufa na cidade de São Paulo. A partir da aprovação do projeto, serão necessários

aproximadamente 50 dias para que os créditos sejam certificados para a venda. Dessa forma, para que a prefeitura possa leiloar esses créditos ainda neste ano, ela teria que adiar a data. Os dois primeiros leilões foram realizados no mês de setembro. No total, foram arrecadados R\$ 71 milhões.

Os recursos obtidos no leilão são destinados ao Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Fema) do município para serem investidos nas regiões dos aterros, como forma de compensação. Entre os projetos em andamento estão a implantação de parques nos bairros de Perus e Iguatemi, construção de praças, de ciclovias e de centro de acolhimento de animais. Também há investimentos em saneamento e urbanização de favelas.

O Brasil e sua biodiversidade – Alan Charlton – Folha de São Paulo – Opinião – 23/05/2010

O Brasil está emergindo no cenário global e pode ser mais que uma potência convencional. Ele abriga um quinto de todas as espécies conhecidas e dois terços das florestas tropicais existentes. Essa rica variedade de plantas e animais, ou a biodiversidade, pode fazer do Brasil uma potência verde. O que é essa tal de biodiversidade? Em poucas palavras, é a vida que nos rodeia, de organismos que fertilizam o solo a florestas que fornecem chuva para regar culturas agrícolas. Essa complexa rede de vida nos nutre, nos veste e provê a base para nossas economias. Somos totalmente dependentes dela. A biodiversidade está em risco. O mundo não conseguirá atingir a meta global de conter a perda de biodiversidade até 2010. Continuamos a perder espécies a taxas nunca antes vistas. Se formos reverter essa tendência, precisamos trabalhar contra os vetores de perda e transversalizar o tema em políticas públicas. Muitas pessoas estão trabalhando para transformar esses desafios em oportunidades. Em recente visita ao Acre, vi como o Estado busca integrar crescimento econômico, proteção do meio ambiente e inclusão social. Vi a fábrica de preservativos feitos do látex de seringueiros locais, a produção de pisos e telhas com madeira certificada e projetos de geração de renda por meio da produção de castanhas e frutas -tudo sem desmatar ilegalmente. Devemos continuar o trabalho para proteger a biodiversidade e os ecossistemas: fortalecer as áreas protegidas, avaliar a contribuição delas para nossas economias e apoiar pesquisa científica para entender melhor como conservá-los. A preservação da biodiversidade e a estabilidade do clima são intrinsecamente ligadas, especialmente no Brasil. O chamado mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD) poderá evitar emissões e ao mesmo tempo conservar a biodiversidade e reduzir a pobreza de pessoas que dependem diretamente das florestas para sua sobrevivência. O maior desafio no Brasil é o gerenciamento sustentável do uso da terra, o que inclui a sustentabilidade do setor agrícola. Pesquisas de ponta da Embrapa e técnicas como o plantio direto prometem fortalecer a produção agrícola e promover ganhos ambientais. O desafio será fazê-lo ao mesmo tempo em que se protegem a Amazônia e o cerrado. Vinte e dois de maio foi o Dia, e 2010 é o Ano Internacional da Biodiversidade. Datas importantes para que reflitamos sobre o valor que atribuímos aos frágeis ecossistemas

da Terra. Eles estão sob ameaça. Ao ameaçá-los, estamos colocando em risco nosso bem-estar e nossa prosperidade. Em outubro, no Japão, haverá a décima reunião da Convenção sobre Diversidade Biológica.

O Reino Unido espera que cheguemos a um acordo quanto a uma nova meta global de redução da perda de biodiversidade e ao estabelecimento de um regime internacional sobre acesso à biodiversidade e repartição dos benefícios que dela derivam. Esperamos poder continuar trabalhando com o Brasil para assegurar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade global.

ALAN CHARLTON é embaixador do Reino Unido no Brasil.

Patrimônio de quadrilha que extraía Madeira em MT supera R\$ 1,7 bilhão – Fátima Lessa – Estado de São Paulo – Vida – 24/05/2010

Cinquenta e cinco dos 91 acusados de participar do esquema de fraudes em licenciamentos ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) de Mato Grosso estão com bens sequestrados e indisponíveis.

O patrimônio deles soma cerca de R\$ 1,75 bilhão, segundo cálculos da Polícia Federal.

O prejuízo causado ao patrimônio público pelo “esquentamento” de madeira ilegal foi de R\$ 1 bilhão.

O ex-secretário adjunto de Mudanças Climáticas da Sema, Afrânio Migliari, acusado de liderar o esquema, tem um patrimônio de R\$ 403,8 milhões, apesar de seu salário ser inferior a R\$ 10 mil. O juiz determinou o sequestro de bens no valor do dano causado por ele em 38 empresas e empreendimentos beneficiados pelo esquema.

Nada a respeito de mais de cem páginas, Migliari aparece como se tivesse agido sob influência de políticos e autoridades. A investigação aponta que ele tinha estreitas relações com o setor madeireiro, principalmente com o sindicato da categoria em Sinop, no norte do Estado. Migliari agia para conseguir a aprovação de requerimentos de interesse dos empreendedores, cuidando pessoalmente da condução dos feitos administrativos. Proprietário de uma empresa que comercializava madeira proveniente de planos de manejo, a Comercial de Madeira (Comol), Migliari aprovava e acompanhava processos na Sema.

Outros dois acusados, o ex-deputado e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado Ubiratan Spinelli, e seu filho Rodrigo Spinelli, têm patrimônio de quase R\$ 90 milhões. Janete Riva, mulher do presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Jos Riva, além de ser acusada de um dano ambiental avaliado em R\$ 38 milhões, foi citada por ter recebido em sua conta bancária valores que seriam resultados de desvios da Assembleia. O juiz registra que Janete recebeu em sua conta cerca de R\$ 77 mil. O dinheiro teria vindo de uma empresa ligada a João Arcajo Ribeiro, cidadão com o líder do crime organizado no Estado, que está preso em Mato Grosso do Sul.

De acordo com a ação, Janete Riva era proprietária e detentora dos planos de manejo florestais sustentáveis da Fazenda Paneiras, localizada próximo às

reservas indígenas Kayabi e Erikpatse assentamento do Incra, citada por membros do esquema como de uso para esquentar Madeira de desmatamento ilegal.

O deputado Jos Riva ficou irritado com o despacho do juiz. Ele reafirmou que a intenção do magistrado seria para prejudicá-lo.

“Isso demonstra má fé e a vontade dele de prejudicar as pessoas, citando uma história sem nexo nenhum”, disse.

Grupo falsificava licenciamento e planos de manejo

A suposta quadrilha “esquentava” madeira ilegal extraída de Mato Grosso (MT) falsificando licenciamentos e planos de manejo florestal para áreas devastadas.

Para isso, seus integrantes usavam imagens de satélite de outras propriedades ou fotografias antigas, simulando a existência de floresta em pé.

Dessa forma, com base em informações falsas, a quadrilha conseguia créditos ambientais – o passe livre para legalizar a madeira que era retirada ilegalmente de cerca de 100 áreas indígenas e 20 unidades de conservação ambiental.

Os laudos falsos seriam feitos por engenheiros florestais. Servidores presos são acusados de fazer vista grossa aos documentos irregulares e liberar os créditos em uma velocidade acima do normal.

Geralmente, o processo de concessão demora cerca de um ano, mas, nos casos analisados, era preciso esperar entre 30 e 60 dias para a obtenção da licença.

Áreas afetadas. Entre as regiões prejudicadas pela extração ilegal de madeira estão o Parque Indígena do Xingu, o Complexo dos Cintas Largas e a área Indígena Caiabi. De acordo com a Polícia Federal, não há indícios de envolvimento de índios na quadrilha mato-grossense.

As investigações começaram a partir de informações obtidas em outras duas operações da PF que também envolviam a extração de madeira ilegal: Caiabi, de 2006, e Matinguari, de 2007. Depois dessas operações, 65 áreas desmatadas passaram a ser periciadas para que a diferença entre o que constava nos laudos e a realidade fosse comprovada.

Segundo a polícia, o grupo atuava há pelo menos dois anos na região. Durante esse período, a quadrilha extraiu cerca de R\$ 900 milhões em madeira ilegal – o que equivale a 1,7 milhão de metros cúbicos de madeira.

Ibama já culpa greve por maior desmate – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Vida – 25/05/2010

No início do período mais crítico de atividade das motosserras na Amazônia, quando param as chuvas na região, a greve de fiscais do Ibama iniciada em 12 de abril foi acompanhada de sinais de aumento de abate da floresta, segundo órgão ambiental do governo. “Infelizmente, há uma relação entre o aumento do desmatamento e a greve, que acabou atrapalhando as operações”, disse o coordenador de fiscalização do Ibama, Roberto Cabral Borges.

No ano passado, a Amazônia apresentou a menor taxa de desmatamento da história. Neste ano, após a greve, há duas preocupações extras no radar: o aumento do desmatamento e o aumento de crimes ambientais.

quando os governos estaduais e municipais fazem vista grossa para não perder votos – e o ritmo mais acelerado da economia, que pressiona a fronteira agrícola no Norte do País.

A falha na fiscalização já é, porém, um fato consumado. Das 60 operações planejadas para abril na região, apenas uma saiu do papel, ao lado de uma segunda operação, extra. Entre as 56 operações previstas para maio, quase 30 foram suspensas e 17 aconteceram ou ainda estão em curso. “Não dá para mensurar o dano, mas com certeza houve prejuízo”, disse Borges.

Na sexta-feira, ainda não haviam voltado ao trabalho agentes de fiscalização no Pará e em Mato Grosso, Estados recordistas no abate de árvores. A ordem de retomada das atividades dos fiscais havia sido dada uma semana antes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), quando a greve dos funcionários do Ibama completava um mês.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) deve divulgar até o início da próxima semana os dados acumulados captados pelos satélites desde o início de março. O Ibama trabalha com alertas preliminares apurados pelo mesmo sistema de detecção de desmatamento em tempo real, o Prodes, e encaminhados de forma reservada, para orientar a ação dos fiscais.

Esforços. Para tentar conter o prejuízo, o Ibama decidiu concentrar esforços na Amazônia já a partir dos próximos dias. A falha na fiscalização coincide com o início do período de maior preocupação com o combate ao desmatamento, que vai de abril a novembro.

É quando para de chover e as motosserras aceleram. “Nossa expectativa é reduzir o desmatamento em relação ao ano passado”, argumentou a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente). Ela disse que ainda não dispõe de dados para avaliar o impacto da greve. “O número de frentes foi reduzido, mas os parceiros no combate aos crimes ambientais, como a Polícia Federal e a Força Nacional, não pararam”, avaliou.

A Amazônia registrou no ano passado um recorde de desmatamento desde que os satélites começaram a monitorar o corte da floresta, em 1988. Desapareceram 7.464 quilômetros quadrados de florestas – o equivalente a quase cinco vezes o tamanho da cidade de São Paulo. O resultado representou também uma queda de 42% em relação ao ano anterior.

Um resultado difícil de ser repetido.

Coleta. A taxa oficial de desmatamento é divulgada uma vez por ano pelo Inpe. O período de coleta termina em 31 de julho. Um aumento da taxa em relação ao ano passado é uma possibilidade levada em conta no governo, apesar das metas do clima apresentadas no final de 2009 basearem a maior fatia de corte das emissões de carbono na redução do desmatamento na Amazônia. “Maio, junho e julho serão três meses decisivos”, avalia Adalberto Veríssimo, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Ele prevê aumento do desmatamento de abril.

A ONG tem seu próprio sistema de alerta de desmatamento e já detectou o aumento do desmatamento em relação ao ano passado. Entre agosto de 2009 e março de 2010, nos primeiros oito meses do período de coleta da taxa anual, o sistema do Imazon captou o abate de árvores em área quase 200 quilômetros quadrados maior.

Em março, o sistema do Imazon registrou um crescimento em 35% em relação ao início do ano passado. Ainda é uma medida imprecisa porque mais de 60% da Amazônia estava coberta por nuvens e, portanto, fora do alcance dos satélites.

Para Al e Mato Grosso lideram o ranking do período.

Quadrilha atuou no governo Blairo Maggi – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida – 25/05/2010

Quem comandava o Estado de Mato Grosso durante a maior parte do tempo em que a quadrilha atuou era Blairo Maggi (PR), que renunciou ao cargo de governador em março para se candidatar ao Senado. Ele fora eleito para o mandato 2003-2007 e reeleito para 2007-2010.

Maggi – que já se tornou conhecido por muitos anos foi mal visto por ambientalistas por sua relação com o agronegócio. Até hoje, foi o Estado que liderou por mais tempo o ranking do desmatamento: de um total de 22 anos com dados de monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 14 anos tiveram MT na frente da destruição florestal.

No governo Maggi, os piores períodos foram 2003-2004, 2004-2005 e 2005-2006 – o desmate chegou a 11.814 km² em 2003-2004 (muito acima dos 7.464 km² desmatados em toda a Amazônia Legal no período 2009-2010). A partir de 2006, porém, a taxa passou a cair, chegando a 1.049 km² em 2009-2010 (a redução é feita entre agosto de um ano e julho do outro).

Tanto Maggi quanto seu ex-secretário de Meio Ambiente, Luiz Henrique Daldegan – que foi preso na sexta-feira durante a operação – faziam questão de mostrar a mudança pela qual o Estado passava e ressaltar que o ambiente era prioridade para o governo. Em 2003, a área ambiental contava com 200 servidores, “universo elevado para 900 em 2010”, segundo Maggi.

Vários ambientalistas deixaram de lado a implicação como ex-governador e passaram a defender seu trabalho. A questão que se levanta agora é a da sua corresponsabilidade. Ele foi omissivo diante dos crimes ambientais cometidos? Ou foi enganado, como toda a sociedade? O ex-governador não quis conceder entrevista, mas disse por meio de nota que “nada chegou a seu conhecimento que levasse o então secretário a uma situação de descuido”.

Economia em crise derrubou desmate – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/05/2010

Estudo mostra que 44% da redução devastação na Amazônia entre 2004 e 2006 se deveu a desaquecimento

Segundo pesquisadores, criação de unidades de conservação respondeu por 37% da queda e ação policial, por meros 18%

Punição a desmatadores ou desaquecimento da economia? Um estudo publicado hoje conclui que metade do mérito pela queda do desmatamento na Amazônia em meados desta década não é do aumento da fiscalização, mas sim da baixa no mercado de commodities.

Com uma série de comparações estatísticas, cientistas do Brasil e dos EUA calcularam

que 44% da redução do desmate observada de 2004 a 2006 foi reflexo da economia fraca. O resto seria mérito de políticas governamentais. A criação de novas áreas protegidas fez 37% do serviço, e os 18% finais foram atingidos por meio de fiscalização e policiamento para coibir desmatamento ilegal -as chamadas políticas de "comando e controle". Nesse período, o desmate anual caiu de 27 mil km² para 14 mil km². Embora a crise tenha sido o principal fator individual por trás da queda, a nova pesquisa comprova que o governo pode ter papel bem importante. O novo estudo, liderado por Britaldo Soares-Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, traz outra boa notícia: os produtores que deixaram de desmatar em uma determinada área não migraram até outras regiões para cortar mais árvores.

VAZAMENTO

TAPADO

Esse fenômeno, conhecido por economistas como "vazamento", comprometeria uma série de esforços para ajudar a combater a emissão de gases do efeito estufa. Mas não é o que está acontecendo, segundo o estudo de Soares-Filho e colegas, a ser publicado pela revista "PNAS", da Academia Nacional de Ciências dos EUA. Muitos ambientalistas esperam que negociações internacionais aprovelem a adoção de sistemas de negociação do tipo Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). Esse mecanismo prevê que países em desenvolvimento recebam compensação financeira por evitar o desmate, mas para isso é preciso "tapar o vazamento".

Segundo Soares-Filho, seu trabalho mostra que o objetivo foi cumprido. "A queda [do desmate] fora das áreas protegidas, foi proporcionalmente até maior do que a redução dentro dessas áreas", disse à Folha. "Isso implica que não houve vazamento." Segundo o ecólogo Paulo Moutinho, coautor do trabalho, parte do segredo desse sucesso foi a criação de unidades de conservação próximas ao chamado arco do desmatamento -região no sul de Mato Grosso e oeste do Pará que marca a fronteira entre a floresta e as fazendas que avançam sobre ela. "Não dá para o produtor rural deslocar o desmatamento de uma área de fronteira para uma área remota", diz. "O custo cresce muito."

LUCRO

À

FRENTE

Paulo Artaxo, físico atmosférico da USP que não participou do trabalho, diz ter ficado surpreso com o impacto das áreas protegidas. "Elas teriam o potencial de reduzir cerca de 8 bilhões de toneladas de carbono até 2050", diz. Seria equivalente aos EUA ficarem um ano inteiro sem queimar nem uma gota de combustível sequer. Para Soares-Filho, a própria perspectiva do Redd já ajudou a controlar o desmate nos últimos anos: "Muitos fazendeiros têm expectativa de poder ter alguma remuneração pela conservação de suas florestas, e isso fez com que eles pensassem duas vezes antes de desmatar".

Segundo Moutinho, se o custo de implementação de todas as unidades de conservação for igual ao lucro ao qual a agropecuária renuncia por deixar de desmatar nelas, seu valor seria de US\$ 147 bilhões. Não é muito, se dividirmos o valor entre os mais de 5 milhões de km² da Amazônia Legal. "Poderíamos vender isso no mercado em créditos [de carbono] por um valor muito maior", diz.

Corrupção na devastação – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/05/2010

A Polícia Federal (PF) está elucidando um caso em que é notória a mistura de corrupção nos meios governamentais com devastação ambiental. A Operação Jurupari, realizada por 390 agentes da Polícia Federal, já resultou na prisão de 60 pessoas pelos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, grilagem, falsidade ideológica, inserção de dados falsos em sistema de informática e delitos previstos na Lei de Crimes Ambientais. Sempre se falou que a extração ilegal de Madeira se devia, principalmente, à falta de fiscalização. Vê-se, agora, que a questão é bem mais ampla, porque implica crime organizado praticado por grandes quadrilhas, das quais participam altos escalões da administração pública e em especial de servidores ligados, justamente, à política ambiental.

A PF desbaratou uma vasta quadrilha que teria faturado mais de R\$ 1 bilhão com Madeira ilegal – sendo que os bens já sequestrados e tornados indisponíveis de 55 dos envolvidos chegam a R\$ 1,7 bilhão. Essa rede criminosa se estende por São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal, mas é em Mato Grosso que se concentram suas operações. Não é por acaso, pois, que aquele Estado bata recordes de desmatamento.

O grupo de acusados por esses delitos é formado por proprietários de terras de Mato Grosso, engenheiros florestais e servidores públicos daquele Estado. Entre os presos estão o chefe de gabinete do governo, Silvio Cesar Correia; o ex-secretário de Meio Ambiente Luis Henrique Daldegan; o secretário adjunto de Desenvolvimento Rural, Afrânio Migliari; a mulher e o genro do presidente da Assembleia Legislativa, Janete Riva e Carlos Antonio Azoya.

Não faltava criatividade aos atingidos pela Operação Jurupari.

Para “legalizar” Madeira extraída ilegalmente, eles falsificavam licenciamentos e planos de manejo florestal para áreas devastadas. Para isso usavam imagens de satélite de outras propriedades ou fotos antigas, simulando a permanência de florestas em pé. Com base nessas informações falsas, a quadrilha conseguia créditos ambientais – ou seja, liberdade para “legalizar” madeira, retirada irregularmente, de cerca de 100 áreas indígenas e 20 unidades de conservação ambiental.

Entre as áreas atingidas pela extração ilegal estão o Parque Indígena do Xingu, o Complexo dos Cintas-Largas e a área indígena Caiabi. A Polícia Federal constatou que só nos dois últimos anos a quadrilha extraiu R\$ 900 milhões de madeira ilegal – o que corresponde a 1,7 milhão de metros cúbicos de madeira. Enquanto engenheiros florestais estariam encarregados de elaborar laudos falsos, servidores públicos presos são acusados de fazer “vista grossa” quanto a tais documentos falsificados e liberar os créditos numa velocidade excepcional, pois, normalmente, os processos de concessão de crédito ambiental duram um ano e os desse pessoal suspeito não ultrapassavam 30 ou 60 dias. Chocante, sem dúvida, foi a disparidade descoberta pela PF entre os ganhos legais e os injustificáveis, de servidores públicos.

Por exemplo, o acusado de comandar todo o esquema, o ex-secretário adjunto de Mudanças Climáticas da Secretaria do Meio Ambiente Afrânio Migliari tem patrimônio avaliado em R\$ 403,8 milhões, apesar de seu salário ser inferior a R\$10 mil. Na decisão de mais de cem páginas em que o juiz determinou o sequestro de seus bens, em valor correspondente ao valor do prejuízo causado por ele e sua mulher, ele aparece como se tivesse agido sob a influência de políticos e autoridades. A investigação apontara suas estreitas ligações com o setor madeireiro, principalmente com o sindicato da categoria em Sinop. Migliari agiu para conseguir aprovação de requerimentos de interesse dos empreendedores, cuidando pessoalmente da

condução dos feitos administrativos.

Outros dois acusados, o ex-deputado e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado Ubiratan Spinelli e seu filho Rodrigo Spinelli têm patrimônio de quase R\$ 90 milhões.

Carvão devasta mata atlântica mineira – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2010

Estado vê desmatamento no bioma crescer 15%, na contramão da tendência geral de queda entre 2008 e 2010

No RS, derrubada quase dobrou, mas em área bem menor; em SC, chuvas fizeram taxa cair em 75%, diz ONG

A exploração ilegal de carvão vegetal para siderúrgicas tornou Minas Gerais o Estado campeão de desmatamento na mata atlântica. O dado é da nova edição do atlas de remanescentes do bioma, divulgado ontem pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e pela ONG SOS Mata Atlântica. As imagens de satélite trazem, por um lado, uma boa notícia: nos nove Estados monitorados entre 2008 e 2010, a devastação no bioma caiu 21% em comparação com a média anual do período anterior, de 2005 a 2008. Até em Santa Catarina, tradicional líder em destruição do bioma, o desmate caiu. Apesar da aprovação, no ano passado, de uma lei que permite aos produtores do Estado desmatarem a mais em margens de rio (áreas de proteção permanente), o Estado teve uma redução de 75% na taxa de desmatamento entre 2008 e 2010 em relação à média de 2005 a 2008. Segundo Flávio Ponzoni, coordenador do monitoramento da mata atlântica do Inpe, a queda provavelmente pode ser explicada pelas chuvas do final de 2008, que arrasaram Santa Catarina -e frearam a economia.

VENDO ALÉM

Por outro lado, Minas e Rio Grande do Sul contrariaram a tendência geral, com 15% e 83% de aumento na taxa, respectivamente. Neste último Estado, a devastação se concentrou na região serrana. Segundo Márcia Hirota, diretora da SOS Mata Atlântica, a razão da explosão do desmatamento observado em terras gaúchas ainda precisa ser explicada. Mas ela se deve provavelmente não a uma mudança radical na economia, mas à melhora do método de detecção, que consegue "enxergar" derrubadas menores. "No Sul as propriedades são pequenas. Há 20 anos [quando o monitoramento começou] só conseguíamos ver desmatamentos maiores que 40 hectares. Hoje, enxergamos até 3 hectares."

Já em Minas, apesar de a porcentagem de aumento na taxa ser menor, o tamanho da devastação é bem maior: foram 12.524 ha de mata atlântica perdidos entre 2008 e 2010, contra 1.897 ha no Rio Grande do Sul.

TRANSIÇÃO

Os cinco municípios que mais desmataram o bioma estão todos no norte mineiro, em

florestas de transição entre mata atlântica, cerrado e caatinga. Nessas áreas há exploração de lenha para a fabricação de carvão vegetal. Segundo Hirota, é a mesma região que concentrara a derrubada em 2005-2008. "Nós já havíamos alertado o governo do Estado", diz. "Seria interessante ver o que eles fizeram a respeito." Está em tramitação na Assembleia Legislativa mineira um projeto de lei para excluir as matas dessa região, as chamadas "florestas secas", da proteção da Lei da Mata Atlântica, Isso legalizaria desmatamentos ali. "O problema da siderurgia tem solução", disse Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica. "[Minas] já tem uma área plantada extensa [de eucalipto para fabricar carvão], mas há o problema do contrabando."

Estado diz que cerco a empresa está crescendo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 27/05/2010

DE SÃO PAULO

Os números divulgados ontem foram confirmados pelo governo de Minas Gerais, cujo sistema próprio de monitoramento do desmate detectou uma perda de 12.100 hectares de mata atlântica entre 2008 e 2010. No entanto, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado diz que, se considerados os últimos 10 anos, o desmatamento caiu: ele foi de 4,27% da área remanescente do bioma entre 1995 e 2000 para 0,47% no último triênio. Além disso, afirma a secretaria, o número de municípios que desmatam caiu de 405 entre 2005 e 2008 para 159 entre 2008 e 2010. Segundo o governo, uma lei aprovada em 2009 amplia a proteção das florestas, estabelecendo que em 2013 as empresas consumidoras de produtos florestais, como o carvão, poderão usar no máximo 15% da matéria-prima de florestas nativas. (CA)

Florestas ganham mapa em 3D – Renato Gandelli - O Globo – Ciência – 27/05/2010

Tecnologia que faz sucesso no cinema ajudará a rastrear desmatamento e queimadas

Renato Grandelle

Moda no cinema, o 3D extrapolou as telonas e chegou à Amazônia. A tecnologia será testada no monitoramento da floresta a partir da semana que vem. À frente da experiência está a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que, com o novo modelo, desenvolvido dos EUA, espera conseguir informações inéditas sobre a composição da mata, suas redes de drenagem e a atividade humana na região.

A tecnologia tridimensional já é aplicada em florestas temperadas dos EUA e Canadá. Para chegar ao Brasil, o sistema sofreu adaptações que propiciassem a penetração das imagens em matas mais densas.

Isso porque, ao contrário do monitoramento por satélite, usado atualmente na Amazônia, a resolução em 3D consegue atravessar a cobertura vegetal e enxergar qualquer objeto a até 15 centímetros do solo.

— Vamos usar um equipamento aerotransportado, com um pulsor de laser acoplado a um GPS — explica Marcus Vinicio Neves d'Oliveira, pesquisador do Laboratório Virtual da Embrapa nos EUA, onde o novomonitoramento foi desenvolvido. — Esta máquina atua com frequência de 100 mil a 200 mil pulsos por segundo. A cada pulso emitido, ela retorna com até oito informações de três coordenadas: latitude, longitude e altitude.

A precisão do escaneamento permite aos pesquisadores selecionar pontos e, no sistema, simular a região sem árvores. A técnica é útil para o planejamento de manejos de solo.

Outra atividade humana que pode ser extensivamente vigiada é o desmatamento, em boa parte ainda oculto pela copa de árvores maiores.

— Como é possível rastrear qualquer coisa a 15 centímetros do solo, conseguimos identificar o corte ilegal de árvores — revela d'Oliveira.

Além do que foi derrubado, o 3D mede a riqueza da vegetação resistente ao avanço humano. O levantamento tridimensional proporciona ainda o cálculo da biomassa da floresta. Ou seja, o volume de madeira de árvores e os estoques de carbono.

— São parâmetros avaliados separadamente em cada árvore, que podem ser úteis para traçar políticas públicas — ressalta o pesquisador.

A vocação multiuso do levantamento alcança até a paleontologia. A equipe responsável pelo 3D avalia se uma das prioridades do levantamento será detectar, sob a cobertura vegetal, a eventual existência de geoglifos ainda desconhecidos. Os geoglifos são figuras desenhadas nas rochas por povos antigos, supostamente demarcando terras sagradas. No Brasil, algumas imagens já foram encontradas no Acre, justamente o estado eleito para os primeiros monitoramentos tridimensionais.

A tecnologia 3D foi a responsável pela descoberta da cidade maia de Caracol, no atual Belize.

Projeto pode chegar à Mata Atlântica

O levantamento 3D começa na segunda-feira. A fase aérea, feita com apoio do Serviço Florestal Americano (USDA), dura poucas horas. O trabalho de campo, no entanto, é mais longo — sua conclusão está marcada para o fim de julho. Três áreas foram escolhidas para o início do projeto, totalizando mil hectares.

— Por enquanto, o preço do rastreamento ainda é caro demais: custa 65 dólares por hectare — admite d'Oliveira.

— Nos EUA, monitorar a mesma área exige apenas US\$ 2. Mas a tendência é que o preço caia conforme

a técnica se popularize por aqui e chegue a territórios maiores.

O USDA também vai atuar na análise dos arquivos gerados, etapa que será cumprida nos EUA até outubro. A Embrapa publicará um balanço sobre a atividade no fim do ano. O julgamento sobre o desempenho das ferramentas vai determinar se o 3D será adotado. A partir daí, seu uso pode ser expandido para o resto da Amazônia e outras regiões do país, inclusive a Mata Atlântica, cujo dia é celebrado hoje

O mundo tomou um porre de mudança climática em dezembro, nas duas semanas da Conferência do Clima de Copenhague. Passada a ressaca dinamarquesa, as negociações internacionais por um acordo forte recomeçam hoje, em Bonn, na Alemanha, e devem reunir delegações de mais de 170 países até 11 de junho. Todos os problemas que provocaram o impasse em Copenhague continuam no mesmo lugar e sem solução, mas há avanços. O processo agora mira a conferência de Cancún, no México, no fim do ano.

A maior novidade do novo round de negociações é um texto de 42 páginas e nove capítulos. Ele junta o texto produzido nos últimos dias da conferência com os grandes tópicos em discussão e o polêmico Acordo de Copenhague, que foi rejeitado por vários países na última sessão, mas que agora já tem o endosso de 150 nações. A esperança, em Bonn, é que avancem os trabalhos em questões menos controversas.

"Este é um passo a mais no caminho do acordo. Esperamos que haja convergência em torno de várias questões para que Cancún possa terminar a negociação", diz o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe da delegação brasileira. Antes de Cancún haverá outras duas reuniões da ONU, além de vários encontros multilaterais e fóruns como o das economias emergentes (o Basic), o das maiores economias do mundo (MEF) e o G-20, em junho, no Canadá.

Um dos temas que podem sair praticamente fechados de Bonn interessa particularmente ao Brasil. É o que trata de Redd, a redução nas emissões de gases-estufa por desmatamento ou degradação de florestas. O texto que estará em negociação tem três páginas e não há muitas partes entre colchetes, recurso usado pelos negociadores quando não concordam com algo. Na semana passada, em Oslo, na Noruega, países que costumam financiar a preservação florestal (como Noruega, França e Alemanha) prometeram doar US\$ 4 bilhões para projetos de Redd entre 2010 e 2012, em um processo que corre paralelo às negociações da ONU.

"Este é o ano das florestas e do Redd", aposta Alexandre Prado, gerente de economia e especialista em clima da ONG Conservação Internacional. O palpite do ambientalista se baseia no avanço da discussão de Redd na negociação e no fato de Christiana Figueres, a nova secretária-executiva da Convenção do Clima da ONU, ser defensora dos mecanismos de Redd que possam ser financiados pelo mercado. A costarriquenha vai substituir em julho o atual secretário, o holandês Yvo de Boer.

Outro tema sob a lupa em Bonn é o capítulo de adaptação às mudanças climáticas e a pressão para que o "fast start", dinheiro acertado em Copenhague (US\$ 30 bilhões em três anos, para os países mais vulneráveis) comece a sair. Pode haver avanços também na transferência de tecnologias limpas e criação de um sistema de governança eficiente e confiável.

"Esta é a primeira reunião depois de Copenhague, na qual vai se discutir o conteúdo do acordo", diz Kim Carstensen, líder da WWF para as questões de clima. "É uma oportunidade para vermos progresso real e terminarmos com a confusão que surgiu em dezembro [em Copenhague]."

"Mas tudo isso é um pacote com vários elementos", diz um representante do governo brasileiro. "Em toda negociação não se adotam elementos individualmente, o que se adota é o pacote inteiro. Ou seja, o Brasil não vai deixar que o capítulo sobre florestas vigore enquanto as outras arestas do acordo climático internacional ? como

finanças, por exemplo ? não estejam funcionando também. O que pode significar mais adiamentos. Sem florestas, o Brasil perde parte de seu poder de negociação.